



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 001561/01	DATA: 11/12/01
INÍCIO: 14h20min	TÉRMINO: 19h10min	DURAÇÃO: 4h50min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h52min	PÁGINAS: 99	QUARTOS: 30
REVISORES: PAULO DOMINGOS, ANTONIO MORGADO, LIA, ROSA ARAGÃO, MARLÚCIA		
SUPERVISÃO: SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: LÍVIA COSTA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MICHAEL GEOGHEGAN - Presidente do HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo
HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Diretor-Executivo do HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo
EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Presidente da Associação Brasileira dos Acionistas Minoritários do Grupo BAMERINDUS

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há termos ininteligíveis.
Há apartes paralelos ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
A reunião foi suspensa à pág. 70.
Não foi possível confirmar a grafia do termo Keep & Geep, pág. 11.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Declaro aberto os trabalhos da 25ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com sistema financeiro privado. Esta sessão de audiência pública foi convocada para tomar depoimentos, bem como para deliberação de requerimentos já distribuídos aos Srs. Parlamentares. O primeiro depoente será o Dr. Michael Geoghegan, Presidente do HSBC, o qual convido para tomar assento à Mesa, bem como o Dr. Hélio Duarte, Diretor-Executivo do HSBC. Conforme documentação já apresentada na reunião anterior, autorizei a possibilidade de o Dr. Hélio acompanhar o Presidente do HSBC adotando o mesmo procedimento realizado no Senado, entendendo que tal solicitação auxilia o bom andamento dos trabalhos. Então, convido o Sr. Michael Geoghegan a tomar assento à Mesa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Estando composta a Mesa e cumprindo as formalidades legais, foi firmado pelo depoente um termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: “Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”. Concedo a palavra ao Sr. Michael Geoghegan.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Gustavo Fruet; Exmo. Sr. Relator, Deputado Alberto Goldman; Exmos. Srs. Deputados e demais autoridades presentes, boa tarde. Gostaria de agradecer o convite desta Casa para colaborar com os trabalhos desta Comissão. Acredito que esta é uma excelente oportunidade para esclarecer os fatos e eliminar as dúvidas que cercam a aquisição, pelo Grupo HSBC, de alguns ativos e passivos do Banco BAMERINDUS. Inicialmente, gostaria de falar aos senhores e senhoras presentes sobre as origens do Grupo HSBC e também da minha experiência profissional. O Grupo HSBC foi estabelecido em 1865, em Hong Kong, sob o nome de Hong Kong and Shanghai Banking Corporation. Durante quase um século o HSBC concentrou suas atividades na Ásia, tanto por meio de crescimento orgânico quanto por aquisições. Em 1959, o HSBC comprou o British Bank of the Middle East, o maior banco do Oriente Médio. Mais tarde, em 1980, comprou o Marine Midland Bank em Nova Iorque, então o maior banco do Estado de Nova Iorque. Logo em seguida, o HSBC fez outras importantes aquisições no



Canadá e na Austrália. Em 1992, o HSBC comprou o Midland Bank, um dos quatro maiores bancos do Reino Unido, em uma das maiores aquisições bancárias de todos os tempos. Em 1997, o HSBC iniciou a expansão de seus negócios na América Latina comprando o Banco Roberts, na Argentina. Em março de 1997, constituímos o Banco HSBC BAMERINDUS no Brasil, por meio da aquisição de certos ativos e passivos do Banco BAMERINDUS que estava sob a intervenção do Banco Central do Brasil e, posteriormente, em liquidação extrajudicial. Em 1999, o HSBC comprou o Republic New York Corporation, de Nova Iorque, e o Safra Republic Holdings, da Suíça. Em 2000, HSBC comprou o banco CCF na França. Hoje, o HSBC é um dos maiores bancos do planeta e é considerado por muitos analistas como o único banco verdadeiramente global no mundo. O Grupo HSBC tem sua sede em Londres e um valor de mercado de 110 bilhões de dólares, o segundo maior do mundo, e ativos totais de 700 bilhões de dólares. Atua em 78 países, empregando 130 mil funcionários, sendo que 20 mil só no Brasil. Conta, ainda, com cerca de 190 mil acionistas. As ações do HSBC são negociadas em quatro Bolsas de Valores: Londres, Hong Kong, Paris e Nova Iorque. No Brasil, o HSBC atende a mais de 3 milhões e meio de correntistas e poupadores, através de mais de 1.600 pontos de atendimento instalados em mais de 600 cidades de todos os Estados brasileiros. Após esta breve descrição do nosso grupo, permitam-me falar algumas palavras sobre minha carreira pessoal. Tenho 48 anos, sou casado, tenho dois filhos e moro em Curitiba, no Estado do Paraná. Sou Presidente do HSBC no Brasil e responsável pelos negócios da organização na América do Sul. Trabalho no Grupo HSBC há 28 anos, tendo ocupado diferentes cargos em onze países, em quatro continentes. Antes de vir para o Brasil, em março de 1997, vivia em Londres, onde era responsável pelas operações do Banco Midland, integrante do Grupo HSBC, na Europa e América Latina. O Banco Midland já mantinha relacionamento comercial com o Banco BAMERINDUS desde 1980, atuando como banco correspondente e por meio de várias **joint ventures**. Em 1995, o Grupo HSBC, por meio do Banco Midland, adquiriu uma participação acionária equivalente a 6,14% do capital do Banco BAMERINDUS. Essas ações foram adquiridas da empresa BAMERINDUS Seguros, então controladora do Banco BAMERINDUS. É importante assinalar que o pagamento de 61 milhões de dólares por essas ações não foi



utilizado como capital novo para o banco e nós não sabemos como os recursos foram utilizados. A razão para esse investimento foi que o HSBC, como um banco global, dá muita importância aos negócios de financiamento do comércio internacional e queria estabelecer um forte relacionamento com um banco no Brasil de modo a permitir que os clientes empresariais de ambos os bancos pudessem fazer negócios em todo o mundo. Em maio de 1996, o HSBC enviou um especialista em financiamento de comércio exterior para trabalhar no Departamento Internacional do Banco BAMERINDUS. Esse profissional, no entanto, jamais participou da administração do BAMERINDUS, nunca teve acesso às informações da alta administração e, portanto, nunca teve responsabilidade pela tomada de decisões estratégicas e diretrizes do banco. Como todos se recordam, durante o ano de 1996, o Banco BAMERINDUS passou por um processo de perda de confiança no mercado, sendo uma das razões, na opinião de vários analistas, a dificuldade do banco de se adaptar a um cenário de baixa inflação. Durante aquele mesmo ano de 1996, soubemos que a direção do BAMERINDUS ofereceu ao Banco Central do Brasil várias idéias para recapitalizar o banco, conforme já explicado nesta CPI por outros depoentes. Uma das idéias foi a de solicitar, diretamente a nós e também por meio do Banco Central, um aumento da participação acionária do HSBC. O HSBC ouviu essas propostas com simpatia, mas como a situação financeira do BAMERINDUS não melhorou, apesar das promessas da administração do banco nesse sentido, o HSBC decidiu não aumentar seu investimento no BAMERINDUS. O HSBC, como sócio minoritário do Banco BAMERINDUS, continuava a ter dúvidas sobre a liquidez do banco, mesmo porque sabíamos de que necessitaria, para sua recuperação, de uma enorme injeção de capital. Em outubro de 1996, informamos ao BAMERINDUS e ao Banco Central a nossa decisão de não aumentar o nosso investimento naquele banco. Por ocasião dos preparativos do encerramento de nosso balanço consolidado de 1996, nossos auditores externos, em Londres, questionaram o valor da nossa participação acionária no BAMERINDUS e recomendaram a constituição de uma provisão para esse investimento, tido então como irrecuperável. Foi o que fizemos no nosso balanço de 31 de dezembro de 1996. Na ocasião em que declinamos da oferta de aumentar nossa participação acionária no BAMERINDUS, o Banco Central nos perguntou se, em caso de uma



intervenção no BAMERINDUS, estaríamos interessados em participar na aquisição de ativos e passivos do banco. Depois de tomarmos conhecimento da reestruturação de outros bancos que sofreram intervenção no Brasil, principalmente das soluções nos casos do Nacional e Econômico, informamos ao Banco Central que, se viesse a acontecer uma intervenção, nós estaríamos interessados em participar em condições similares às oferecidas ao UNIBANCO e Excel. Em resposta, o Banco Central, que ainda estava procurando outras alternativas para salvar o banco antes de decretar finalmente uma intervenção, perguntou se não estaríamos dispostos a mudar de idéia quanto a novos investimentos no BAMERINDUS. Entretanto, em março de 1997, o Banco Central nos indicou que teria de fazer uma intervenção no BAMERINDUS. Conversas preliminares sobre nosso interesse em adquirir certos ativos e passivos do BAMERINDUS transformaram-se, então, em efetivas negociações. Essas negociações tomaram corpo a partir do início de março de 1997. Alguns dias após a decretação da intervenção no BAMERINDUS, exatamente no dia 31 de março de 1997, o novo Banco HSBC BAMERINDUS recebeu da companhia **holding** do grupo, como subscrição de capital, uma injeção de 960 milhões de dólares em dinheiro. Os contratos de câmbio que comprovam essa operação estão aqui, à disposição dos Srs. Deputados e da CPI. E eu, categoricamente, declaro que nenhum recurso do PROER foi usado nessa injeção de capital do Grupo HSBC na nova operação bancária no País. Em 27 de março de 1997, o Grupo HSBC pagou ao interventor 380 milhões de reais, como ágio, pela aquisição de certos ativos e passivos do Banco BAMERINDUS sob intervenção. Na mesma ocasião, o HSBC BAMERINDUS recebeu do interventor uma soma de 376 milhões de reais para fazer frente aos custos de gestão, até que o novo banco pudesse ser adequadamente reestruturado. Devido à lei brasileira, entretanto, quase todos os passivos do BAMERINDUS sob intervenção passaram a ser passivos do HSBC BAMERINDUS. O HSBC recebeu também do Banco Central uma carta de garantia no valor de 1 bilhão de reais. Essa garantia, válida por cinco anos, tinha por objetivo cobrir quaisquer passivos desconhecidos do antigo Banco BAMERINDUS que pudessem recair sobre o novo Banco HSBC BAMERINDUS, os quais são conhecidos, na linguagem técnica, como passivos contingentes. Vale destacar que não houve tempo nem condições para a realização de qualquer auditoria prévia, como é normal



nessas operações. Entretanto, em 25 de março de 1998, esta carta de garantia, sem que tivesse sido utilizada, foi devolvida ao Banco Central, e o HSBC recebeu, em substituição, um aporte de 840 milhões de reais para fazer frente a passivos do antigo Banco BAMERINDUS relacionados a reclamações trabalhistas, causas cíveis, ações de natureza fiscal e de outros prejuízos de responsabilidade do antigo banco. Infelizmente, tal montante foi insuficiente na área de ações trabalhistas, e o HSBC teve de pagar uma quantia adicional de 128 milhões de reais com seus próprios recursos, principalmente porque o antigo Banco BAMERINDUS foi acusado na Justiça do Trabalho de não ter saldado corretamente diversas verbas trabalhistas de seus funcionários. Muitos comentários têm sido feitos no sentido de que o investimento do Grupo HSBC no Banco HSBC BAMERINDUS foi livre de riscos, o que é completamente incorreto. O HSBC investiu cerca de 1 bilhão de dólares no Brasil, sem ter tido acesso prévio aos detalhes e números dos ativos e passivos, bem como de outros riscos bancários do antigo Banco BAMERINDUS, como seria normal nestas operações. Nos últimos cinco anos, o HSBC pagou aos seus acionistas, na forma de dividendos, a quantia de 278 milhões de reais, mas no mesmo período viu o valor de seu investimento em dólares no Brasil cair mais de 50%, em razão da desvalorização do real. Além do já mencionado investimento inicial de cerca de 1 bilhão de dólares, o HSBC no Brasil, nesses quase cinco anos, recolheu cerca de 2 bilhões de reais aos cofres públicos, cinco vezes mais do que a quantia de 359 milhões de reais que o BAMERINDUS teria pago de impostos nos cinco anos anteriores à intervenção — cinco vezes mais. Em 1999, o Banco HSBC BAMERINDUS mudou seu nome para HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, por causa da reação negativa de clientes ao nome BAMERINDUS. Hoje, o HSBC Bank Brasil tem cerca de 20 mil funcionários e oferece serviços financeiros em níveis nacional e global. Mantém sua sede em Curitiba, sendo o maior empregador do Paraná, com cerca de 7 mil funcionários em todo o Estado, onde gasta anualmente mais de 1 bilhão de reais. Antes de encerrar esses comentários iniciais, gostaria de falar de algo que me dá muito orgulho: os funcionários brasileiros do HSBC são considerados os mais bem treinados do setor bancário no País, e, atualmente, muitos deles trabalham para o Grupo HSBC em Nova Iorque, Londres e Hong Kong. Mais ainda, os executivos brasileiros do HSBC são considerados pela nossa matriz



em Londres como alguns dos mais capazes do grupo em todo o mundo. A esta altura, os senhores já devem ter notado que não tenho facilidade de falar português, apesar de meus esforços para aprender o idioma do País que tão bem recebeu a mim e a minha família. Mesmo assim, contando com o apoio de meu colega de diretoria, o Sr. Hélio Duarte, aqui sentado ao meu lado, coloco-me à disposição de V.Exas. para responder a todas as perguntas que me forem eventualmente feitas, com a maior clareza e honestidade. Muito obrigado pela sua atenção e paciência com o meu português.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sr. Presidente, esse texto escrito vai ficar na CPI, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Sim, com certeza, até para as notas taquigráficas, mas de qualquer maneira eu ia solicitar ao Presidente e ao Dr. Hélio a possibilidade... Agradeço. Concedo a palavra pela ordem ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor depoente, o português sempre nos facilita; evidentemente a compreensão fica mais fácil e, às vezes, podemos estar perdendo alguma palavra na sua dificuldade em expor, mas isso não é o mais importante. Nós já tivemos aqui o Presidente do BAMERINDUS, que fala um português muito bom, mas talvez, por outras razões, não seja tão merecedor de elogios. Algumas perguntas que eu faria...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Antigamente V.Exa. gostava mais do Andrade Vieira, em (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nunca tive esses amores por ele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Nunca gostou muito do Andrade Vieira?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não, nunca tive esses amores por ele.

(Não identificado) – (*Ininteligível.*) Ministério da Agricultura (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É capaz. Algumas questões que eu gostaria de fazer já foram respondidas na sua exposição inicial. Uma delas, que sempre tem sido discutida aqui e que agora, pelo menos, está clara, acho que não



há necessidade de reperguntar isso, era sobre a colocação das ações que o HSBC tinha como minoritário do BAMERINDUS e em provisão, ter provisionado esses recursos. Na realidade nós já discutimos isso, até eu tinha uma especulação a respeito disso, que expus numa das reuniões aqui, e essa especulação pelo menos confirma, está sendo confirmada na exposição que V.Sa. está fazendo. Eu tenho aqui uma questão apenas. Eu não vou levar muito tempo, não, porque acho que alguns Deputados terão perguntas a fazer e vão aprofundar mais a questão. Mas eu tenho uma questão que gostaria de ter clareza sobre ela: num **press release** que foi publicado pelo HSBC Holdings, em Londres, que é a empresa que congrega o Grupo HSBC, um boletim para a imprensa no dia 04/08/97, comentando o balanço do primeiro semestre de 1997, foi abordada na última página a atuação do banco na América Latina. Ele foi traduzido e diz lá que, na América Latina, o banco... Assim está escrito: concordamos, em princípio, comprar 19,9% do grupo financeiro SERFIN, do México; concordamos incrementar nosso investimento no Banco Santiago, no Chile, para 6,99%, e concordamos adquirir a companhia **holding** do Grupo Roberts, a maior organização de serviços financeiros na Argentina, da qual o grupo já detém 29,9%. Esperamos completar essas transações durante o segundo semestre de 1997. No conjunto, esses investimentos totalizam cerca de 1 bilhão de dólares. E aí continua. Em vista desses investimentos diretos, reduzimos nossa exposição aos débitos dos países da região. Nossos ativos de bônus brasileiros do Plano Brady foram vendidos no mercado receptivo. E aí continua. Alguns de nossos bônus mexicanos serão usados para comprar interesse no SERFIN etc. Esse boletim do HSBC comprova que se venderam, durante o primeiro semestre de 1997, os bônus brasileiros que eram possuídos, que o Banco possuía. E aqui me parece que há uma contradição com o que foi afirmado pelo Sr. Michael, na CPI dos Bancos, de que não teriam vendido seus papéis da dívida externa brasileira. A aquisição do BAMERINDUS se deu em 26/03/97 e a compra dos bônus pelo Banco Central se deu em 27/03/97. Fala-se que foi vendido no mercado receptivo. Não sei bem se o mercado era receptivo, porque nós estávamos numa crise internacional no período. Há uma suposição, supõe-se, podemos supor que esses bônus foram negociados triangularmente com outras instituições e o Banco Central, de forma a fornecer o capital que permitiria ao HSBC comprar o BAMERINDUS, já que esses



papéis estavam em sua carteira com evidentemente algum grau de deságio pesado, estavam sem aquela segurança que se poderia desejar. Então, o que a gente pergunta é exatamente sobre isso: os bônus brasileiros foram vendidos, segundo aqui, num mercado receptivo ao Banco Central, e o Banco Central os assumiu e teria, através dessa triangulação, oferecido o capital que permitiu ao HSBC comprar o BAMERINDUS? É essa a minha questão.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Presidente da CPI, Gustavo Fruet, obrigado pela sua pergunta. Sua pergunta tem três pontos. O primeiro, eu acho que é preciso explicar o Grupo do HSBC quando ele está focando na (*ininteligível*) **treasury**. Eu expliquei antes, nós temos operações em Hong Kong, Londres e Nova York; nós temos bolsas de valores lá, bolsas de **treasury** lá. Eles têm papéis em diferentes países. Eles têm um mercado a cada dia operando nessa área. Quando nós fazemos negócios, como nós fizemos aqui no Brasil, temos um moral grande entre esse tipo de negócios que nossos **treasuries** estão fazendo a cada dia, esse tipo de coisas nós estamos falando aqui hoje. O HSBC fez a aquisição para um investimento de capital novo do HSBC de Londres, em nossa matriz. Nós pagamos esses dólares diretamente em nossa conta com o Banco do Brasil em Nova York. Essa não tem uma **link** com essas outras operações que nós fazemos a cada dia, e possivelmente estamos fazendo hoje com papéis do Brasil, papéis de Cingapura, papéis da Argentina; é um outro tipo de negociação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O que o senhor está dizendo é que existe uma independência entre o que faz Londres e o que faz Nova York, por exemplo?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Cem por cento. Pessoas que estavam trabalhando com essa aquisição estavam totalmente separadas de outras pessoas do Banco. Eu sei, não é há um **link** entre esses negócios. E também, deixe-me explicar uma coisa, quando nós estamos falando sobre um banco que tem riscos em 78 diferentes países, nós precisamos ter um equilíbrio entre os riscos. Quando nós investimos 1 bilhão de dólares aqui no Brasil, nós temos novo risco, um bilhão mais. Algumas vezes, quando temos um total de nossos riscos com um país, nós vamos reduzir os riscos em outras áreas, e, ao mesmo tempo, é importante lembrar: antes de o HSBC chegar aqui, em nome do HSBC BAMERINDUS, nós chegamos aqui em



nome de Midland Bank, fiz operações, tive muitos **bradies** por causa de dúvida de 1980 no País.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O que o senhor está dizendo é que existe essa autonomia nas diversas áreas do Banco, mas que no conjunto há um equilíbrio da exposição em cada país. Quer dizer, apesar... se Londres aumenta a exposição, teoricamente Nova York diminui a exposição, busca ter um equilíbrio. É isso que eu entendi?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Nós temos um equilíbrio de risco em todo o mundo, nós temos um departamento de controle de risco em Londres, mas esse departamento é separado de **treasury** e esse investimento. Nós fizemos esse investimento e usamos o departamento de finanças. Esse departamento é separado de nosso controlador de riscos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu só quero colocar datas. Datas aqui são importantes. Que a aquisição do BAMERINDUS se deu em 26 de março de 1997; a compra dos bônus, pelo Banco Central, no dia seguinte, em 27 de março de 1997. Quer dizer, faz-se acreditar que existiu uma relação entre a compra do BAMERINDUS e a aquisição, pelo Banco Central, desses **bradies**, porque a diferença é de um dia só.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Senhor, não há **link** entre nossos investimentos aqui no Brasil e nossas operações de nossa **treasury** mundial. Essa é nossa resposta para essa pergunta, nós não temos um **link**.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu evidentemente imagino que a operação feita pelo HSBC de Londres, não é isso, foi feita a mesma área do Banco que fez a compra do BAMERINDUS e que fez a venda dos **bradies** ao Banco Central. Nada, em princípio, dado ilegal. Nós precisamos avaliar eventualmente como é que essa venda foi feita, em que termos foi feita e como é que ela foi feita. Essa é uma outra questão. Evidentemente essa questão não é mais com o senhor. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra, respeitando a ordem da lista de inscrição numerada, o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – (*Ininteligível*) ... essa, sim, é apenas um detalhe. Mas, Sr. Presidente, Sr. Michael Geoghegan...



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Correto.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – A transferência do controle acionário do Banco BAMERINDUS para o HSBC se deu sob fortes indícios de irregularidades, até de conhecimento privilegiado de informações junto ao Governo brasileiro, pelo menos os indícios estão aí. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito, evidentemente, quer saber, quer chegar a um denominador comum que diga respeito a essas informações. Com relação a isto, eu gostaria só de produzir aqui algumas perguntas ao senhor sobre esse controle acionário do HSBC, da parte boa do BAMERINDUS. Primeira pergunta: quando precisamente a instituição, presidida por V.Sa., veio a se interessar pela aquisição do Banco BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu expliquei em minha apresentação o que aconteceu em fins de dezembro de 1996, em outubro. Eu expliquei para o Banco BAMERINDUS e também para o Banco Central: nós precisamos investir mais dinheiro em Banco BAMERINDUS. Mas nunca nós compramos o Banco BAMERINDUS; nós compramos depois alguns ativos e passivos, nós construímos um novo banco, com um novo capital e depois nós compramos os ativos e passivos do Banco BAMERINDUS. Realmente, nós tivemos um interesse para comprar ativos e passivos do Banco BAMERINDUS entre de outubro, 1996, é... novembro de 1996. Mas, como eu expliquei em nossa apresentação, o Banco Central disse que neste momento eles estavam trabalhando para melhorar a situação do Banco BAMERINDUS, sem uma intervenção. Mas, para comprar ativos e passivos do Banco BAMERINDUS, nós tivemos que ter uma... ter uma intervenção.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Quer dizer que o interesse pelo Banco vem, então, de outubro de 96?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Para comprar ativos e passivos, não para comprar o Banco.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sim, e para comprar o Banco, quando foi que isso efetivamente aconteceu? Porque aqui está a data de março de 97, não é isto? Nesta data, evidentemente, naquela semana ou naquele dia, o Banco não tomou a decisão de comprar ou de adquirir o Banco, a parte boa do BAMERINDUS. A pergunta é: quando, efetivamente, houve interesse para comprar o Banco, todo o Banco, quando houve esse interesse da direção do HSBC?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu expliquei em minha apresentação. Depois, quando nós explicamos para o Banco Central, nós não tivemos interessados para comprar o Banco ou investir mais dinheiro em Banco BAMERINDUS. Eles nos perguntaram se era preciso fazer uma intervenção: você está interessado para comprar alguns ativos e passivos do Banco?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Isso foi em outubro de 96?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Outubro, sim, sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Então a pergunta, assim, para tentar avançar um pouco: o que fazia uma equipe de consultores do HSBC, a menos de seis meses da compra do BAMERINDUS, na chamada Operação Symphony, com sede em São Paulo — temos inclusive aqui um documento que mostra, não é? — e sabendo que isso tudo estava atuando também não só lá, mas no Rio de Janeiro e, mais tarde, em Curitiba. Se, em janeiro do mesmo ano, de 96, sua empresa já havia negado interesse pela compra do Banco brasileiro? Não é isto? Então a pergunta é por que tinha uma equipe instalada em São Paulo seis meses antes de adquirir a parte boa do BAMERINDUS, já estava trabalhando e, segundo as informações, até com conhecimento de informações privilegiadas.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, a primeira parte de sua pergunta... Nós não tivemos uma equipe aqui por seis meses, aqui, no Brasil. Eu fiz os negócios para comprar as ações, ativos e passivos, do Banco BAMERINDUS em liquidação. Eu estive aqui duas ou três vezes em 1996, fazendo outras coisas também, inclusive eu tive responsabilidade por nossas operações no Brasil por causa da minha posição em Londres como Diretor Internacional. Realmente, nós tivemos uma conversa com Keep & Gee(?), nossa auditoria e com nossos advogados, e explicamos isso em nossa apresentação hoje aqui para entender o que aconteceu com o Banco Nacional e com o Excel e Econômico. E usamos essa informação para criar uma imagem que poderíamos fazer em uma situação de intervenção. Mas deixa eu explicar, pela segunda vez. O Banco Central diz para nós: eles não estão interessados para fazer um negócio com HSBC porque ele estava concentrando para melhorar a situação e estava trabalhando com membros da diretoria do Banco BAMERINDUS em outra... consultores para criar mais capital



para esse Banco. Nós exploramos uma idéia, mas nenhuma pessoa aceitou nossa idéia a esse tempo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Bom, tenho aqui, em mãos, um documento do HSBC, que é datado do dia 29 de novembro de 1999, 96, perdão. Nesse documento, de 29 de novembro de 1996, aqui está, vou traduzir o que o Banco escreve no memorando, com as reservas devidas, cifradas, com a forma com que o HSBC agia naquele momento. A tradução seria o seguinte: que o curso-treinamento deveria estar concluído na semana até 25 de março de 1997, ou seja, um dia antes da compra do BAMERINDUS. Por que, então, que o Banco decidiu através de um documento — e está aqui provado — que aquele curso feito para aqueles funcionários do Banco HSBC, em São Paulo, deveria ser concluído um dia antes da compra do Banco BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, tem uma cópia do documento, por favor?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Tem, tem, claro, claro. Depois me devolva que eu tenho mais uma pergunta.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, esse papel é sobre treinamento, sobre **treets**. **Treets** é um sistema de **treasury** mundial do HSBC. Esse papel é um papel entre nosso centro de treinamento e uma pessoa em nosso departamento de FSA em Londres. Não tem um contato aqui no Brasil. Isso é sobre uma coisa de **treasury**; não tem nada sobre HSBC, BAMERINDUS ou outra coisa aqui no Brasil. Mas é praticamente um documento do HSBC.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – É documento do HSBC.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu sei. É uma cópia, mas sobre... sobre coisas com nada para Brasil.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Pois é, mas a pergunta... Presidente, a pergunta se dá na medida em que... por que tinha, então, o HSBC, já treinando aqui, no Brasil, pessoal exatamente com a previsão de até aquele mês de março, quando o HSBC assume a parte boa do BAMERINDUS? Quer dizer, isso estava sendo, há muito tempo — eu deduzo —, estava sendo há muito tempo negociado com autoridades e aí vem a questão de conhecimento de informações privilegiadas, aí vem a questão de irregularidades, aí vem questão de envolvimento de



autoridades na questão do Banco BAMERINDUS, que é completamente diferente da questão do Banco Nacional e do Banco Econômico.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu posso repetir: esse treinamento não tem... não tem nenhuma relevância para nosso discurso hoje. Isso é sobre uma coisa de treinamento em Londres, por pessoas em Londres e na área de treinamento em Brookwood, nosso centro de treinamento em Londres, mas não tem nenhuma relação com esse assunto que nós estamos falando hoje. Mas nós podemos... juro a você depois esta... explicar isso para você.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Eu aguardo um pronunciamento. Se V.Sa. puder encaminhar à Comissão Parlamentar um pronunciamento por escrito sobre essa questão, não é, eu acho que é importante até para documentar, para que essa investigação...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Só para esclarecer, Sr. Presidente, se me permite o Presidente da Comissão: treinamento de pessoas no Brasil, é um treinamento de pessoas...

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, fora do Brasil, em Londres.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sim, mas aí está exatamente... que o Banco alvo do negócio é exatamente naquele período que atinge março.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim, mas o treinamento de pessoas é no Brasil?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não. Treinamento de pessoas em Londres, de....

(Apartes paralelos ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não tem nada a ver com...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, não diz o nome do Banco BAMERINDUS, não diz. Mas ali diz, exatamente, aponta o Banco alvo, que seria comprado naquele período, quer dizer, já tinha uma negociação em andamento. Já tinha informações.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas eu quero saber se o treinamento é de pessoas no Brasil, é um treinamento lá, em Londres?



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - O que se quer saber é se é para o BAMERINDUS.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Quero saber é o que tem a ver essa relação com o mês de março de 97. Se se prepara alguém...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu estava pensando... Tinha duas coincidências: uma de treinamento de pessoal no Brasil e a outra...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Tem lá o endereço em São Paulo, está lá o endereço... Está lá o endereço do treinamento em São Paulo.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Precisa ver qual é o documento. Porque tem um documento que o hotel é na Alameda Campinas...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Está ali...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – ... perto da Avenida Paulista, em São Paulo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Está lá o endereço, Relator. Relator, o endereço está lá, em São Paulo.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Presidente, Sr. Deputado...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, queria que me devolvesse esse documento, porque eu tenho mais uma pergunta a fazer.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu não sei onde o senhor recebeu este papel, não sei. Mas nós podíamos ajudar...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – São informações privilegiadas. Não tanto talvez quanto as que o HSBC teve com relação ao BAMERINDUS em ter esse documento.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Obrigado. Mas realmente este papel não tem valor nesta situação, porque está falando sobre coisas que não tem um **link** entre área específica.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Tudo bem. O senhor está dizendo que não tem nada a ver com relação a isso, mas é importante destacar o período que aconteceu, o prazo para se concluir e ter acontecido no Brasil, exatamente lá em São Paulo, onde estava aquele grupo trabalhando e treinando o seu pessoal para alguma atividade no Brasil.



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não no Brasil.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Está no documento. Já reconheceu o documento. Está aqui o endereço. É esse aqui: Alameda Campinas, 266, Bela Vista, com telefone, fax, etc. Está tudo aqui.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – É. O nome do projeto também é muito bonito: **Simphony**. De sinfonia, é isso? Mas, Sr. Presidente, fico, então, aguardando os esclarecimentos e fica aqui também o registro para o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu vou pedir que entregue esse documento para a Mesa, uma cópia.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Que fatos concretamente, além dos propalados “boatos” — entre aspas —, que há um ano e meio, à época, o Banco BAMERINDUS sofria, implantados em colunas de colonistas amestrados. São colonistas que estão aí sempre, por uma razão ou outra, atendendo a algum interesse, ou do Governo, ou de uma elite qualquer, ou de um setor qualquer da economia. Mas os boatos... e levou a situação de liquidez, que já naquele momento se apresentava. Podem ter determinado, através desses boatos, a determinação do HSBC e por isso é que ele indicou prejuízo daquela participação de 6,14% em dezembro de 96?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, expliquei na nossa apresentação. Quando nós decidimos que o Banco BAMERINDUS não teria futuro sem uma injeção de capital enorme, nós tivemos que explicar para nossos auditores por que nós tivemos esses números em nossos balanços, com um balanço de ativos bom. Nós não poderíamos explicar isso para nossos auditores. Eles disseram: no que vocês compram o banco, este banco não tem valor, neste momento, vocês precisam ter uma previsão para isso. Por causa desta posição de nossos auditores externos, nós tomamos uma previsão em 31 de dezembro de 1996.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas, naquele momento, dezembro de 96, poderia tranqüilamente vender esse lote de mil ações por dezoito reais. E, no entanto, o banco colocou como prejuízo naquele balanço.



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, não sei, mas acho que você está dizendo que tivemos uma oportunidade para retornar nossas ações para o dono do banco?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, não, não, para vender. Naquele momento, se o HSBC vendesse, o número seria melhor do que aquele que foi comprado. E, no entanto, vocês colocaram no seu balanço, em dezembro de 96, como prejuízo, as ações do Banco BAMERINDUS. Quer dizer, é evidente que esta ação do HSBC, somando ao tempo de treinamento dos seus funcionários, somando as informações privilegiadas, somando as possíveis irregularidades, chegou à conclusão de que, naquele dezembro, colocando como prejuízo no balanço do Banco, pudesse levar, em meados do ano seguinte, a situação a que chegou o BAMERINDUS.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, a primeira coisa é preciso repetir. Não temos nenhuma pessoa para fazer esta operação aqui no Brasil. Segundo ponto: nós tomamos uma previsão 100% do valor de nossos ativos, porque na opinião de nossos auditores essas ações não tinham valor, essa réplica.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Eu vou voltar a esse assunto, porque eu tenho uma dúvida com relação a esse documento do mês de dezembro de 96. Mas eu volto em seguida. Embora pareça lícito que um comprador, antes de fechar um negócio do porte do que aqui na CPI estamos tentando e tratando de buscar, deva se inteirar com a profundidade conveniente, não é possível, todavia, compreender o modo como tal negociação tenha sido desenvolvida, envolta em obscuras dúvidas, acompanhada de graves denúncias, além de, a nosso ver, terem sido excluídas partes legitimamente interessadas, como é o caso dos acionistas minoritários. Isso para não falar que o principal controlador já houvera sido deixado de lado. Aliás, a esse grupo de pequenos acionistas, que é absurdamente grande, parece ter sido assim tão desprezado. Não se pode atribuir nenhuma responsabilidade por má gestão ou coisa que o valha, pois não tinham — como não deveriam ter — representantes na alta administração do Banco BAMERINDUS. Pergunta: se uma situação semelhante a esta, e não precisava que fossem 53 mil acionistas, ocorresse no seu país, como o senhor acha que agiriam as autoridades monetárias?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, obrigado pela sua pergunta. Eu acho que a sua pergunta é uma pergunta muito importante. Deixem-me explicar nossa posição sobre esse assunto. Quando eu, ou o senhor, compramos uma ação, a pessoa que tem a responsabilidade para administrar sua ação é o diretor executivo. Nesta situação, o diretor executivo do Banco BAMERINDUS. Entendo que algumas pessoas estariam usando as ações como poupanças, especialmente no Paraná. Mas, aí eu tenho uma frustração. Eu, e aí não é o membro de diretor executivo do Banco BAMERINDUS, outras pessoas, seriam membros deste Conselho, tiveram oportunidade para ajudar os acionistas que tinham esta situação. Eles não ajudaram. Mas também aí tenho outra preocupação. Possivelmente, o senhor pode me ajudar nessa situação. E no final dos dias do Banco BAMERINDUS, houve muitos rumores sobre pessoas comprando e vendendo ações, grande número de ações e pequeno número de ações. E hoje nós não sabemos quem realmente tem pequenas ações e quem tem posição enorme, que estava usando a situação para tomar vantagem contra outras pessoas. Mas eu, pessoalmente, tenho muita simpatia com a situação dos **minorities**... minoritários — desculpem-me o português. Mas aí eu tenho uma situação difícil porque eu tenho uma posição aqui com pessoas que têm muitas ações, um pequeno número de ações que estavam usando essas ações, comprando e vendendo até o dia final do Banco BAMERINDUS. E outras pessoas que hoje, entendo, estão vendendo essas ações para outras pessoas que estão tomando posição porque o senhor sabe, nós temos... os minoritários têm uma ação contra nós na Justiça. Aí nós vamos... passa o tempo... nós temos uma decisão da Justiça sobre isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – O senhor coloca aí a sua simpatia pelos acionistas minoritários. Eu entendi isso das suas palavras, que o senhor se preocupa com isto. Mas o PROER criado, nós temos aí banqueiros, controladores de bancos que estão aí numa vida muito boa. Tem banqueiro que já tem saldo positivo desta situação toda, e isto...

(Apartes paralelos ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Banqueiro quebrado que já está numa situação muito tranqüila, convivendo nas altas... nas altas decisões de cúpula aqui, em Brasília, tendo as interferências e... enfim, o jogo de presença, e forte



presença junto ao poder que manda neste País. Se... independente de ações judiciais, o senhor teria como, enfim, participar da busca de alguma solução com relação aos acionistas minoritários?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, o primeiro ponto, é difícil para minha imagem ter uma vida maravilhosa como um banqueiro. Realmente, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, não, não. Eu não falei com relação ao senhor. Não falei com relação ao senhor. Eu falei com relação a banqueiros aqui no Brasil, quebrados, que hoje estão numa situação muito melhor do que estavam antes.

(Apartes paralelos ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – O Ângelo Calmon de Sá, por exemplo, do Banco Econômico. Está aí numa situação, não é, melhor do que a de todos nós, pescando no Pantanal. Enfim, estamos aí vendo... Pescando no alto-mar, não é? Vendo a linha azul. Como é que é, aquele peixe?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Enfim... Então eu gostaria... não é nada com relação ao senhor. Estou dizendo o que está acontecendo aqui no Brasil. Se nós temos banqueiros quebrados, na situação deste, numa situação muito privilegiada, sem ter que trabalhar, e a situação é muito melhor do que tinha antes, eu pergunto: por que é que os acionistas minoritários do Banco BAMERINDUS não recebem, da parte do HSBC, um tratamento da melhor maneira de conduzir para uma solução?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, realmente, eu não posso falar sobre outros banqueiros. Eu sou um convidado em seu País. Mas eu expliquei antes. Eu tenho uma simpatia sobre a situação de pequenos, pequenos acionistas. Mas, para ajudar eles, nós precisamos de entender quem realmente, realmente perdeu dinheiro nesta situação, e não com outras pessoas que possam mentir, tomar vantagem nessa situação. Mas estou expressando aqui uma, um *(ininteligível)*: eu posso falar com os representantes dos minoritários, mas eu não sei ainda o que eu posso fazer por causa da Justiça e outras coisas. Mas o senhor tem meu compromisso: eu vou ouvir as palavras deles nessa situação sobre esse ponto.



Mas, possivelmente, nós precisamos criar uma situação para resolver quem, realmente, são os pequenos acionistas. Nós precisamos estudar essa situação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Quer dizer que o senhor está disposto?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Está disposto. Pois bem, o Banco recebeu, para reestruturar o Banco BAMERINDUS, recursos na ordem de 300 milhões de reais. E o HSBC teria utilizado apenas 60 milhões. Algo em torno de 20%. Esse dinheiro foi devolvido, mesmo a juros generosos, como foi colocado à disposição do HSBC?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu creio que o senhor esteja falando sobre este dinheiro: tivemos perto de 380 milhões.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Isso é uma declaração do senhor na CPI do Senado, naquela época, claro. Estou falando em reais.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Nós usamos todo esse dinheiro para reformar o Banco...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Os 300 milhões?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – ... sim, (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – E não 60?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, 300...

(*Apartes paralelos ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Até a época do depoimento na CPI. Quer dizer que utilizou todo o dinheiro então?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim. Nós perdemos muito mais que isso, nós utilizamos todo esse dinheiro, mas em total nós perdemos mais em ações trabalhistas. Eu expliquei isso em nossa apresentação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sim. Veja, eu gostaria que o senhor pudesse nos explicar um pouco sobre as avaliações contratadas pelo HSBC. E pelo que se sabe, foram anuladas pelo CREA de São Paulo. O CREA, o senhor sabe, que é o Conselho Regional de Engenharia, ficando inclusive a empresa, Bolsa de Imóveis de São Paulo, sujeita às penalidades legais, tal era o grau de irregularidades neste caso cometidas, conforme Ofício nº 001/2001, do CREA do



Paraná — que eu tenho aqui, em mãos. Pergunta: por que esses imóveis foram avaliados assim, com tanta disparidade em relação ao valor de mercado como, por exemplo, o prédio situado à Avenida Cândido de Abreu, 776, em Curitiba, que teve preço mínimo definido pela Prefeitura de Curitiba no valor de 2 milhões, 128 mil reais... 128 mil e 800 reais, e vendido a preço definido pelo BAMERINDUS, sob intervenção, por 940 mil reais, conforme documentos em nosso poder?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, obrigado por levantar esse assunto. É difícil para mim para falar sobre esse... este prédio lá, mas nós podemos ajudar você com mais informação depois dessa reunião sobre isso. Mas, possivelmente, eu posso explicar o que aconteceu com essa avaliação de imóveis, em total. Em nossa opinião, os ativos imobiliários e balanços gerais do Banco BAMERINDUS estiveram muito altos. Em nossa opinião, o valor esteve muito mais baixo. Mas os nossos negócios com o Banco... o interventor de Banco Central, ele disse: você precisa tomar 202 milhões de reais em imobiliários. E nós dissemos: se você quer fazer isso, nós precisamos de uma avaliação. O interventor do Banco BAMERINDUS, ele decidia quem iria usar para fazer essa avaliação. E nós compramos esses ativos com a avaliação dessa empresa que o interventor do Banco BAMERINDUS organizou.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Nesta questão dos imóveis, também fez parte do contrato de compra imposto ao BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – *(Intervenção ininteligível)*.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Sr. Presidente, posso completar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Dr. Hélio Duarte.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Deputado, permita-me explicar um pouco melhor, até por causa da dificuldade do idioma, o assunto dos imóveis, do patrimônio imobiliário. No contrato efetuado entre o Banco HSBC e o interventor, ficou combinado que o HSBC adquiriria imóveis num total de 200 milhões de reais. O BAMERINDUS possuía centenas de imóveis próprios, onde funcionavam agências e prédios administrativos e muitos imóveis alugados de terceiros. De comum acordo entre o Banco HSBC e o interventor, foi escolhida a bolsa de imóveis. O HSBC até tinha preferência por uma empresa internacional de avaliação. Mas, de comum



acordo e por sugestão do então interventor, foi escolhida a bolsa de imóveis para avaliar todos os imóveis do Banco BAMERINDUS. Ao final da avaliação...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Isso constava do contrato?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Constava do contrato. O Banco HSBC adquiriu 184 imóveis que totalizavam 200 milhões de reais pelo valor da avaliação. Então, alguns imóveis, eu não sei se esse que o senhor mencionou era de propriedade do BAMERINDUS, por não ter sido adquirido pelo HSBC, e tenha sido vendido para terceiros. O HSBC adquiriu 184 imóveis por 200 milhões de reais, valor de avaliação do resultado dessa avaliação, escolhida de comum acordo com o interventor sob supervisão do Banco Central.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas aqui, inclusive, nós sabemos que, no caso, o liquidante é do Banco Central e, no entanto, aqui numa entrevista à revista **ISTOÉ**, do dia 24 de novembro de 99, o Sr. Lucília responde, quando perguntam: apesar disso, quem toca a liquidação é o HSBC, não é o liquidante do Banco Central. E aí ele responde: todos os créditos são cobrados pelo HSBC. O controle das ações judiciais e a administração dos imóveis também é feita pelo HSBC. Quem negocia com os advogados é sempre o HSBC. É uma liquidação compartilhada.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Posso responder? Eu acho que ele queria se referir ao contrato de prestação de serviços que foi assinado, coincidentemente ou na mesma data do processo de intervenção.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Fala de créditos, também.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Como?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Fala de créditos, também.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Sim, o Banco HSBC foi contratado pelo Banco BAMERINDUS para administrar a carteira de créditos que era do Banco BAMERINDUS e que o HSBC não ficou com esses créditos, para promover a cobrança e a entrega do resultado da cobrança ao Banco BAMERINDUS, como diversos outros serviços de administração de imóveis, assessoria legal e diversos outros, porque o liquidante, então o interventor, tinha uma equipe muito pequena e não teria condições de fazer isso. Então, foi feito um contrato de prestação de serviços.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Matéria recentemente, Presidente, veiculada pelo **Jornal Nacional**, em televisão brasileira, além de outros meios de comunicação, informa que o HSBC estaria envolvido em escutas telefônicas. Tais fatos surgiram à tona a partir de documentos e informações de testemunhas em uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Paraná. Uma das testemunhas, e também cópias de documentos juntados à CPI do Paraná, um Diretor teria afirmado, entre aspas, que “qualquer problema com o HSBC seria resolvido imediatamente por Deputados e autoridades de Brasília.” Pergunto, que relações são essas que solucionam pelo HSBC qualquer problema?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, se tivermos contatos aqui em Brasília e em outros lugares, eu não sei sobre isso. Isso aqui...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas a afirmação não é minha, Presidente. A afirmação é de um Diretor do HSBC

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Que Diretor? Tem o nome?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Está entre aspas aqui, está nos documentos da CPI. Eu não tive tempo de...

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, o HSBC é um banco internacional. Não temos contatos com pessoas aqui em Brasília ou outros lugares. Nós fazemos nossos negócios em princípios normais do mundo de banqueiros. Não temos contato com isso. Visamos a lugares que temos situações para responder CPIs em outras áreas, especialmente aqui em Recife, em Paraná, onde ocorrem coisas que, na nossa opinião, estavam muito graves. Entendo mesmo nenhuma pessoa tem informação sobre esse grampo. Nenhum grampo fiz — desculpe meu português — nessa situação e entendo a Polícia Federal estar estudando a situação mesmo não tendo evidências sobre isso neste momento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas nesta CPI, Presidente, até identificou-se depósitos nas contas bancárias de policiais envolvidos nesse episódio.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu estava falando sobre grampo. O senhor está falando sobre pagamentos para a Polícia. Na CPI em Curitiba, nós aceitamos, algumas vezes, nós pagamos pequenos dinheiros porque é assim em outros lugares. Eu entendo, isso é complicado em seu país, mas entendo muitos impressos pagam, não só à Polícia, pequeno dinheiro para Juiz, para



funcionar. Nós aceitamos. Nós pagamos à Polícia esse pequeno número de... Nós temos recibos para isso. Não é uma coisa secreta. Nós temos recibos bancários, pagamentos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que o Relator, Deputado Alberto Goldman, requeresse na Assembléia Legislativa, os documentos referentes à CPI, de escuta telefônica, possível corrupção de policiais, depósitos que teriam acontecido, até para saber, exatamente, dessa questão que é da maior gravidade. Se não for, o Relator vai poder explicar no seu relatório. Isso até para embasar o relatório de V.Exa. Da minha parte, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Se me permite o Presidente, é que não estou vendo relação disso com o PROER.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não é relação com o PROER, é a relação da intimidade de grupos internacionais dentro do Brasil com as autoridades. A escuta telefônica pode ser um bom passo para descobrir quais as relações que ele tem aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Tudo bem, mas já extrapola, evidentemente...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não, acho que é um documento interessante. É muito interessante.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Na minha opinião, extrapola. Em todo caso, se o Presidente requisitar os documentos...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Estou pedindo ao Presidente e pedi que V.Exa. ouvisse com atenção o meu pedido.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Exatamente, se o Presidente requisitar os documentos, evidentemente, eles estarão nas minhas mãos, eu terei que lê-los. Lê-los-ei.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queira apenas estabelecer aqui, inclusive, em relação a esse assunto, porque é óbvio que o assunto em si parece não ter nenhuma relação com o PROER, mas já aproveitaria, se o Deputado Rubens Bueno, me permitir..

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Já encerrei.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não apenas aproveitando o assunto que V.Exa. estava... Estou inscrito para fazer perguntas depois, na minha vez, mas para não perder essa ocasião, há informações nessa mesma CPI de que o HSBC já vinha preparando um esquema de segurança anteriormente à data da aquisição, exatamente em função de um clima de hostilidade que já se antevia em Curitiba em relação à posse de um novo controlador estrangeiro. Isso daí também foi objeto da CPI na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Eu gostaria que V.Exa. dissesse, em linhas gerais, como que o HSBC se posicionou em relação a essa acusação na CPI da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, entendo que o senhor está falando sobre nós organizarmos nossos clientes. Antes nós compramos... Quando nós tomamos uma decisão para negociar com o Banco Central sobre o Banco BAMERINDUS, nós pensamos em deter algumas estrangeiras aqui no Brasil. Por causa disso, nós falamos com uma empresa de segurança para dar orientação sobre a situação em Curitiba e em outros lugares do Brasil. É normal uma pessoa ter estrangeiros trabalhando para ela num País novo para ela. É somente isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O HSBC tomou a decisão em algum momento de trazer um oficial, se não me engano, do exército americano, para coordenar o esquema de segurança interno no HSBC BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, entendo que o senhor está falando sobre uma pessoa que estava trabalhando como uma empresa. Entendo ser uma pessoa que estava trabalhando com um consultor, nós tivemos, que estava trabalhando com eles em outros lugares, ele chega aqui. Mas, desculpe-me, eu não entendo a sua pergunta sobre essa pessoa?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na verdade, só para concluir, para não virar uma sessão de perguntas da minha fase aqui. Existe essa informação também na CPI da Assembléia do Paraná, que uma pessoa, agora a minha memória não é precisa sobre isso, na minha memória está registrado que é um ex-oficial do exército americano que teria vindo coordenar um esquema de segurança que, na verdade, redundou nessa rede de policiais militares do Paraná que agiram paralelamente recebendo por fora da folha de pagamento do HSBC BAMERINDUS.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu não sei nada sobre isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu solicitaria primeiro ao Deputado Rubens Bueno até nos encaminhar os documentos que foram deferidos na sua manifestação. E ter tomado o seguinte cuidado: nós estamos em uma investigação e não de emitir juízo, muito menos de valor. Então, também solicitaria só formalizar, nós vamos solicitar todos documentos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Claro, vou formalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Para até que se possa depois, em uma segunda etapa, no relatório final, se for o caso, se estabelecer qualquer tipo de conexão. Então, só para... Solicitaria todas essas documentações para, enfim, balizar os trabalhos da Comissão e, se for o caso, eventualmente, depois, ficará a critério da Comissão...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Eu vou formalizar e tomar as providências. Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, com a palavra o próximo Parlamentar inscrito, Deputado Basílio Villani.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Sr. Relator, Sr. Michael Geoghegan, Parlamentares, eu não faço parte desta Comissão e sempre me afastei dos assuntos que envolvem em termos de BAMERINDUS. Todo mundo sabe que eu sou do PSDB, portanto tenho obrigação de defender o meu Governo, que eu acho que o povo brasileiro sentirá saudades de Fernando Henrique Cardoso. Tenho absoluta convicção disso. Então, o que trago aqui, Sr. Presidente, primeiro, eu acho que, como brasileiro, e como nós estamos globalizando, e hoje isso é uma questão já líquida e certa, não é uma questão de se questionar a questão de ingleses, americanos, eu acho que são todos nossos irmãos e aqui têm que ter o absoluto respeito, são negócios que foram efetuados e que eu tomei conhecimento e procurei até não participar. Não participar em razão de que eu sou da velha-guarda do BAMERINDUS. Eu não entrei no BAMERINDUS em 1957 com Avelino Vieira, o fundador, e era homem de confiança dele. Em 86 me inventaram candidato, eu levei tanto azar que fui eleito e até hoje estou aqui. Se não tivesse sido eleito talvez os ingleses não estivessem com o banco e os minoritários estariam tendo uma boa participação e teriam um bom rendimento na absoluta certeza de seus dividendos. Eu uso dessa palavra para dizer que inclusive uma das coisas que eu defendo e que



peço como político paranaense é que nós tenhamos a matriz do HSBC em Curitiba, porque isso nos preocupava no sentido de que ela pudesse sair do Paraná. E para nós é de extrema importância inclusive a manutenção do banco no Paraná, onde isso ajuda muito a questão do Estado. E venho aqui, Sr. Presidente, eu nunca fui procurado por acionistas minoritários, nunca fui procurado. E também não sou acionista minoritário não, porque quando... Eu vendi minhas ações todas antes, porque dizem que em terra de cego quem tem um olho é rei, para mim em terra de cego quem tem um olho migra, vai embora, porque... Então, foi o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Informação privilegiada, heim?

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Não, eu já estava... Eu já estava há 16 anos fora do banco, então é pelo que a gente ouvia ocorrer, então as minhas ações, poucas ações que eu tinha, eu vendi logo depois de...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É bastava saber ler jornal, quer dizer, não era tão privilegiada, bastava ler jornal que a gente já sabia.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu acho que nós temos que tratar do assunto PROER e, com referência ao assunto PROER, eu inclusive tive participação, porque precepei-me, em 1997, e talvez não seja do conhecimento do Sr. Presidente do HSBC, a quem eu estou conhecendo hoje, apesar de ser o Deputado mais antigo do Paraná, um Deputado Constituinte, nesta Casa desde 1986. Na data da intervenção, quando nós estávamos preocupados, nós tínhamos uma fundação, que se chamava Fundação BAMERINDUS. Essa Fundação foi constituída e ela deveria ter um fundo que era para pagar a complementação das aposentadorias dos funcionários antigos. O Sr. Avelino sempre dizia: Não se preocupem vocês com vocês, se preocupem com a instituição, com vocês preocupo-me eu. Então, ele fundou essa Fundação. E essa Fundação deveria ter um fundo para — e tinha, tinha muito dinheiro — e quando nós vimos, em um determinado período, esse saldo desapareceu e a Fundação ficou praticamente sem nenhum centavo em caixa e pagava-se, honrava-se a complementação dos aposentados no caixa, mensalmente. Para o Relator é importante ter conhecimento desse assunto. Então, pagava-se no caixa, então, acabou-se a Fundação BAMERINDUS. Quando nós sentimos isso, e talvez aí é que os minoritários erraram, não constituíram uma equipe. Eu, com conhecimento do



assunto, reuni alguns funcionários da velha-guarda e fundamos uma associação, e que acredito que o senhor não tenha conhecimento dessa associação, chama-se APABAM. Eu tenho absoluta convicção de que o senhor não sabe nem o que significa APABAM. Bom, dois dias antes de encerrar, e não havia condições, e eu conversando sempre com o interventor, Sr. Relator, ficou em uma situação o seguinte, quer dizer, todas aquelas pessoas, inclusive ex-companheiros em cadeiras de roda, com dificuldades e tal, nós nos vimos em uma situação muito difícil. Foi aí que o Banco Central e o PROER, e o senhor cita no seu pronunciamento, na página 13, só que o senhor citar valor errado, o senhor cita 840 milhões, quando na oportunidade foi 842 milhões. Oitocentos e quarenta e dois milhões para que fossem destinados 430 milhões para assuntos previdenciários; 236 milhões para complementação de aposentadoria; 71 milhões para prêmio de aposentadoria, Plano de Demissão Voluntária – PDV; 109 milhões para o seguro saúde, que nós tínhamos também um seguro saúde, e 14 milhões para o seguro de vida, em um total de 430 milhões. A diferença dos 842 milhões seria para encargos trabalhistas. O senhor cita aqui que, inclusive, esse valor foi insuficiente. Eu até gostaria que o Relator recebesse uma discriminação, algo acertado, uma prestação de contas desses 842 milhões porque eu tenho a impressão de que não tenham sido insuficientes para honrar as ações trabalhistas. É uma impressão, não estou acusando nada, eu só estou querendo... E talvez, às vezes nem tudo chega ao Presidente também. Bom, nós, eu tenho certeza de que com que está do seu lado, que eu conheço desde o UNIBANCO, pessoa da mais alta capacidade, isso aí será resolvido, que é o Hélio Duarte. Pois bem, nós estamos sentindo agora e, talvez, eu vou lhe fazer um pedido com muito carinho, nós aposentados estamos sendo... fomos atendidos pelo PROER, diga-se de passagem. Foi uma ação social do Governo, e foi. Então, isso, eu acho que tem que ser feita uma justiça. Que haja uma solução também para os minoritários. Eu não tenho procuração e nunca fui procurado. Mas eu acho que nós temos que sentir uma boa vontade, nós temos que nos unir para achar um meio, talvez até esse valor, que eu imagino que não tenha sido pago nas questões de ações trabalhistas, talvez seja aí um determinado valor, porque me parece que eu não tenho conhecimentos, os valores dos minoritários não atingem uma cifra de duzentos milhões. Então, eu acho totalmente viável e possível. E quero deixar claro



também que os aposentados, a APABAM, deveria ter um carinho um pouco maior do HSBC por essa APABAM, porque são pessoas da mais alta qualidade, hoje pessoas numa situação até em pontos de importância no Paraná e que vêm com bons olhos essa parceria de ajudar o HSBC vencer aqui no Brasil. Então, eu gostaria de formular algumas perguntas para o senhor. Dos 842 milhões, eu tenho absoluta convicção de que 430 milhões foram para a questão previdenciária. Porém, Sr. Presidente, estão ocorrendo alguns fatos. Primeiro lugar, a questão dessa garantia, porque, amanhã ou depois, isso primeiro era PERVER mudou para seguro, sem dar a menor satisfação para a APABAM, que representa os associados. Isso traz uma certa intranquilidade, o senhor há de convir comigo que, no mínimo, tinha que ser chamado, conversado, feito um acordo, e aí então... Isso o HSBC não está fazendo, e tenho absoluta convicção, conhecendo-o hoje, sem o seu conhecimento. Então, hoje, por exemplo, na questão do HSBC, o que acontece? Os funcionários dessa fundação, um determinado número, Sr. Presidente, não é a totalidade do BAMERINDUS, porque a Fundação, num determinado período, ela acabou, e ela era composta de 1.841 pessoas, que teriam direito a essa aposentadoria complementar. Na época, eu não sei, o senhor disse que hoje são sete mil funcionários. Na época, era muito mais. Mas os direitos eram só de 1.841 pessoas, quando completasse os trinta anos, o.k.? Então, esses quatrocentos e trinta milhões, foi feito um cálculo atuarial, que eu participei, com o Dr. Cláudio Mauch, que foi de uma atenção fantástica conosco, para que pudesse, até o fim da morte desse pessoal e das suas esposas, ter uma garantia de uma complementação de previdência. O que está ocorrendo hoje? E isso era uma preocupação e uma falha que deve ser corrigida, e que eu proponho, Sr. Relator, é que, ao completar 28 anos, está havendo uma questão de demissão. Então, ele perde essa aposentadoria, esse valor atuarial. Agora, eu não estou questionando a questão da demissão não, porque a questão da demissão é questão de justiça, o banco tem total direito. O que não é justo é que esse valor que foi calculado, os 430 milhões, que seria para um universo de 1.841 pessoas, ele não está, isso aí está solto, isso está ficando para resultado e para crédito do HSBC. Isso é uma verdade. Bom, claro que...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sr. Presidente, uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu tenho o maior respeito por todas as intervenções dos Parlamentares. Eu acho legítimas as preocupações do Deputado Basílio Villani. Eu só acho que nós podemos ficar numa situação embaraçosa aqui de o Presidente do HSBC não ter nenhuma obrigação de responder ao que está sendo colocado, porque o que se trata aqui é de uma reivindicação de direito.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Não.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Mas não tem nada a ver com o PROER.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Tem.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então, se for para colocar na questão do PROER que o HSBC não cumpriu obrigações do PROER, eu acho correto. Agora, além de não ser eficiente o espaço para esse debate, porque eu até acho que é um direito do Deputado Basílio Villani depois conversar com o Presidente do banco, eu entenderia que ou a gente objetiva e liga isso ao PROER e diz em que o HSBC deixou de cumprir algo que o Banco Central determinou, o HSBC não cumpriu por contrato com o PROER, ou, então, o espaço não é esse para esse debate. Eu só queria fazer essa observação, pedindo ao Presidente para avaliar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu agradeço a intervenção.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Eu lamento a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu tenho tomado muito cuidado de não emitir...

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Eu lamento a intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Minha meta é não estabelecer nenhum tipo de censura, em qualquer intervenção. Mas, de qualquer maneira, até pelo número de inscritos, mantenho a palavra com o Deputado Basílio Villani e peço objetividade na intervenção.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI – Eu estou dizendo que o PROER, que, inclusive, deu 842 milhões. Ele, inclusive, cita aqui no seu relatório, está correto o que ele fala. Só que, nesse, quando foi repassado esse valor, quer dizer, não há nenhum contrato e nenhuma questão de garantia futura, alterando, as alterações



são unilaterais, quando se deveria ter um assento com a APABAM para que as coisas, inclusive, estivessem dentro desse valor, para que amanhã ou depois o HSBC não seja aqui, como foi, na questão, acusado. Pelo contrário, nós queremos ser parceiros, nós queremos ser úteis, nós queremos nos unir, nós queremos que tudo dê certo, porque, dando certo, para nós é muito melhor, nós, os aposentados. Então, eu acho que isso é importante que fique registrado. É evidente que eu não estou querendo, Hélio, colocar ninguém na parede, porque, francamente, eu acho que esses dados vocês talvez não tenham de pronto. Mas, como esses 842 milhões, o Banco Central entregou ao HSBC para assumir esses compromissos, é evidente, Sr. Presidente, que está dentro do PROER, e o Relator sabe disso. Então, o que eu proponho é que, talvez, inclusive, eu me comprometa a, também junto com os aposentados, também junto com o HSBC, também junto ao Banco Central, acharmos uma forma justa, sei lá de que maneira, mas eu acho que tem que haver. Se houve 842 milhões nesse caso, por que não, também, nós, com amor e carinho, acharmos uma forma de atender os minoritários? Assim como nós tínhamos aposentados com necessidades e tal, nós também temos grande parte dos minoritários hoje numa situação muito difícil. Então, antes de mais nada, eu quero me colocar inteiramente à disposição de V.Sa. para que vocês sejam, em nosso País, vencedores. Eram essas as minhas colocações. Eu gostaria de depois ampliar esse contato, para que nós pudéssemos, inclusive, entregar ao Relator uma prestação de contas desses 842 milhões. Eu acho isso de extrema importância, uma vez que eu estou informando, e não quero ser deselegante, que nós estamos, através da APABAM, fazendo uma comunicação ao Banco Central desses fatos. No caso, por exemplo, de seguro, hoje foram acrescidos os valores, hoje tem que se pagar, Hélio, 10% das consultas e tal, quando os valores colocados aqui, não se tinha tais custos. Então, para que não seja deselegante, eu estou inclusive fazendo essa informação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu acho que eu falei sobre os minoritários antes. Eu posso falar com eles sobre a situação obviamente difícil com ações na Justiça contra nós, mas nós podemos falar, não nos custa nada falar — eu vou fazer isso. Mas é difícil para administrar esta situação. Mas quero voltar para o seu primeiro ponto, dois ou três pontos que você tinha dito. Primeiro, nós



somos muito orgulhoso para ter nossa matriz em Curitiba também; nós somos somente um banco que tem matriz fora de São Paulo e também nós temos nossa matriz em geral na América Latina, aqui em Curitiba também. Também o número de empregados que nós temos hoje é muito mais que nós tivemos quando chegamos a Curitiba. Eu acho que nós tivemos, na estada no Paraná, perto de 5 mil, em 1997. Hoje, por causa da centralização de nossas operações em Curitiba, nós temos muito mais. O senhor estava falando sobre o nosso prédio no centro de Curitiba. Ontem, ou semana passada, eu tive o enorme privilégio para abrir o Natal nesse prédio. Nós tivemos 140 crianças cantando cada dia. Casos de ações sociais, de casas de pessoas pobres. Realmente, eu tenho meu coração em Curitiba, eu tenho nossas operações em Curitiba. Aí, nós vamos ajudar Curitiba em ações sociais e em outras áreas também, mas algumas vezes é difícil para fazer isso, quando nós temos más palavras contra nós sobre assuntos que não são corretos. Eu acho que, sobre sua pergunta, sobre esses 800 milhões de reais, Hélio Duarte vai explicar, em total, o que aconteceu com esse dinheiro.

O SR. HÉLIO DUARTE – Deputado Basílio Villani, eu tenho os dados de memória. Eu conheço esses números todos de cabeça. Mas antes eu queria lhe agradecer a oportunidade de falar sobre o pagamento aos aposentados. O senhor há de se lembrar que, nos primeiros meses após a intervenção, eu recebi um telefonema seu intercedendo em nome dos aposentados, porque o direito que eles tinham junto ao antigo Banco BAMERINDUS corria risco de não ser honrado, porque, de fato, o fundo de aposentadoria, que teria sido criado no passado, na época da intervenção, não tinha um centavo para honrar as obrigações previdenciárias. Correto? Feita uma avaliação independente sobre quanto montava, a quanto montava tal passivo, com os 1.800 funcionários que tinham esse direito adquirido, na época que nós chegamos, em março de 97, aproximadamente 700 já aposentados, e os outros 1.100 trabalhando com o direito adquirido, o Banco BAMERINDUS, que ficou sob intervenção, teria que honrar esses compromissos. Preocupado com a possibilidade, ou a impossibilidade, do Banco BAMERINDUS, já em processo de intervenção, não honrar aquele compromisso, eu estive no seu escritório e empenhei a minha palavra que eu ia lutar para achar uma solução para aquele problema. Durante um ano trabalhamos e, em março de 98, acertamos com o



Banco BAMERINDUS, sob intervenção, e com o Banco Central, que nós poderíamos assumir aquela obrigação de honrar aquele compromisso para o futuro com todos aqueles que tinham direito, desde que recebêssemos a verba equivalente. A avaliação independente sobre o passivo foi efetuada de comum acordo com o interventor, com o conhecimento do Banco Central, e chegou àquele total de 430 milhões. Nós recebemos aquela verba e desde então temos honrado mensalmente todos os pagamentos com os aposentados e todos os que tenham se aposentado. A APABAM foi criada, o antigo Presidente era Antoninho, o atual Presidente é Ademir Volman, e com eles eu mantenho regular contato, atendendo a todas as reivindicações que eles me trazem, inclusive esta do seguro-saúde, que me foi trazida há um mês. Continuo, e o banco continua com as portas abertas, mas eu, pessoalmente, sou responsável pelo relacionamento com a APABAM. Era importante trazer ao senhor para que o senhor transmita aos funcionários da APABAM que todos os compromissos que nós assumimos com relação aos direitos que eles têm estão sendo honrados e vão ser honrados sempre, até o dia em que eles tenham esses direitos adquiridos. Houve, sim, algumas demissões de alguns funcionários que tinham esse direito. Foram muito poucas, e as que houve foi por motivos outros, não para que a gente não honrasse aquele compromisso — por motivos de problemas administrativos ou de falha grave que justificasse a demissão. Com relação às outras verbas, é 840 milhões, sim, não é 842: 430 para honrar as obrigações previdenciárias; 240, para honrar obrigações fiscais e trabalhistas do antigo Banco BAMERINDUS, divididas em: 93 para honrar obrigações trabalhistas, 34 para honrar obrigações com o INSS, resultantes de autuação do INSS no antigo BAMERINDUS, e 117 para honrar ações fiscais em andamento. Dos 93 milhões que nós tínhamos para honrar dívidas trabalhistas do antigo Banco BAMERINDUS, nós não só gastamos esses 93 milhões, como provavelmente já gastamos dos nossos recursos cento... duzentos milhões a mais, porque as dívidas trabalhistas eram muito maiores do que a gente imaginava. Como nós assinamos, em março de 98, um contrato onde assumimos em definitivo todas as obrigações trabalhistas, estamos honrando e existem ainda 1.200 reclamações trabalhistas em andamento ainda contra o antigo BAMERINDUS e que nós vamos honrar — eu não sei quanto pode dar isso, mas mais de 50 ou 60 milhões. Para inteirar os 840 milhões, havia outros



170 milhões, que nós recebemos para cobrir outros prejuízos decorrentes de ações ou problemas do antigo Banco BAMERINDUS que pudessem recair sobre o HSBC. Esse recurso já foi usado pela metade, e nós temos um prazo até março próximo para, se não houver outros casos que tenham que ser honrados com esse recurso, devolvê-los ao Banco BAMERINDUS. Então, são 840 milhões, e os números são esses. Minha preocupação maior era responder sobre os aposentados, a quem nós estamos dando a maior atenção.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - Sr. Presidente, então, o senhor vê que está dentro da questão do PROER. Volto a perguntar: dos 841, é evidente que a APABAM, e ninguém tem casos que vocês estão dispensando com menos de 30 anos, esses recursos, segundo o cálculo atuarial, sobrarão. Mas esse valor que você falou que pode sobrar e tal, não seria aí o início de uma negociação com os minoritários? Então, é uma questão de um acerto, porque eu entendo que a questão dos minoritários, para que haja uma questão de simpatia, porque, daqui a pouco, só se comenta que o HSBC está matando todo mundo, coitadinho.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BASÍLIO VILLANI - Então, não seria aí uma solução de talvez para dar uma condição e se criar esse caso? Eu acho que nós temos que, em conjunto, atender a essa reivindicação dos minoritários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Concedo a palavra, então, ao próximo orador inscrito, o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sr. Presidente, Sr. Michael Geoghegan. Geoghegan — pronunciei corretamente? Perfeito. Primeiro, eu queria argüir ao Sr. Presidente se ao Sr. Michael Geoghegan foi colocado que ele está sob juramento na Comissão. Então, que há uma necessidade de precisão nas respostas, e queria argüir do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Já no início da sessão, eu cumpri o ritual da formalidade legal.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Michael, eu queria primeiro perguntar ao senhor o seguinte: o senhor conhece, pessoalmente, o Ministro Pedro Malan?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim, eu conheço ele.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Quando o senhor conheceu e quantas vezes o senhor esteve com ele?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Antes, eu cheguei aqui em Brasil, eu acho que uma vez, eu acho que.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E, antes de chegar ao Brasil, o senhor conheceu ele no Brasil? Ou o senhor conheceu ele em Londres?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim, eu estive no Rio com ele e em Londres.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor esteve com ele em Londres?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor lembra da data?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu acho que estive final do semestre de 1996.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Dezembro de 1996?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Final do semestre.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeitamente. Essa foi a única vez que o senhor teve com o Ministro Pedro Malan?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – É. Creio que é somente uma vez, antes de eu chegar aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Quando o senhor chegou ao Brasil o senhor teve com o Ministro também, novamente?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Em recepções, em outros tipos de eventos talvez.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não, antes da compra do BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Aí não sei. Eu creio que não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor não teve com ele antes da compra do BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu creio que não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor não tem certeza?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Há cinco anos atrás, lembro somente uma vez em Londres.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito. O senhor conhece o ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu conheci ele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor conheceu ele. Quando e quantas vezes o senhor esteve com ele que o senhor recorde?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Antes nós compramos alguns ativos e passivos do Banco BAMERINDUS. Eu visitei ele em maio de 1996 e em outubro de 1996.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Essas duas vezes o senhor esteve com o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Loyola?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E nessas reuniões o senhor tratou de que com ele?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Primeiro, em maio, eu falei com ele sobre uma idéia de diretoria de executivo do Banco BAMERINDUS para construir e reconstruir o banco, usando uma forma de fundo e outras idéias que o conselho teve. Eu falei com o Sr. Gustavo Loyola sobre qual é a opinião dele sobre o Banco BAMERINDUS, provavelmente o Banco Central...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Isso em maio de 1996 já não é?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Maio de 1996, no mesmo dia eu tive uma reunião com o Senador Andrade Vieira. O Banco Central disse para mim, o banco está funcionando, ele está fazendo algumas reformas, está trabalhando com a diretoria executiva do Banco BAMERINDUS. Depois desta reunião tive um almoço, eu creio que com o Senador Andrade Vieira.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito. Mas, o senhor esteve com ele em maio e já tratou de alguma forma da questão do BAMERINDUS. O senhor perguntou a ele como é que estava a situação do BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Estava falando sobre muitas diferentes coisas. Nós tivemos outras operações também em nome do Midland Bank também. Normalmente falamos com presidente de bancos, cada vez estamos visitando um país.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito. Agora, em outubro o senhor disse que encontrou com ele novamente e aí para tratar de que assunto o senhor lembra?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu expliquei para ele, e nós passamos alguns meses ouvindo idéias do Diretor executivo do Banco BAMERINDUS sobre idéias para capitalizar o banco. E eu fui para o Banco Central para explicar que nós explicamos para o Conselho do Banco BAMERINDUS que nós não poderemos investir mais dinheiro. Com o respeito da posição do Presidente do Banco Central, eu expliquei isso para ele também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Então ele lhe pediu, ele sugeriu que vocês aumentassem a participação acionária no BAMERINDUS. Isso foi em outubro de 1996.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E o senhor está dizendo que vocês não tinham interesse naquele momento em aumentar a participação acionária?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Com o sentido de operação que o Diretor Executivo do Banco BAMERINDUS estava pensando sobre.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito. Em dezembro de 96, o senhor esteve com o Ministro Pedro Malan em Londres e ele certamente lhe comunicou também que seria positivos que vocês aumentassem a participação acionária no BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Bom, Deputado, não sei se esteve em dezembro. O senhor está dizendo isso em dezembro, mas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Estou afirmando isso porque o Ministro confirmou inclusive. Eu quero saber se o senhor esteve com ele em Londres. Isso ele não afirmou aqui? Ele afirmou que foi a Londres.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu creio que esteve em Londres.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E ele esteve com o senhor?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Tratando da questão do BAMERINDUS?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Ele... passa trinta minutos com os nossos **chief executive officer**...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas, vocês discutiram a questão do BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E ele colocou se vocês teriam interesse em aumentar o capital acionário ou comprar o Banco BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, não, ele estava falando sobre...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Aumentar a participação?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Incrementar a nossa participação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – E qual foi a sua resposta em relação a isso?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Meu **chief executive officer** falou, esteve lá, ele explicou a opinião de nossa situação em Banco BAMERINDUS, que esteve muito grave, assim um investimento de capital enorme e é difícil para administrar o banco. No caso, esse número esteve enorme. Nós não tivemos um interesse para investir. Mas, o Ministro Malan estava explicando sobre Brasil, sobre o futuro do País, sobre oportunidades e para ajudar o Banco BAMERINDUS. Mas, com os detalhes nós tivemos, nós não tivemos uma posição positiva para investir.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor lembra quando que o HSBC colocou no prejuízo os 6,14% de participação acionária que eles tinham. O senhor tem essa data?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Normalmente a auditoria vai examinar seus livros em dezembro a cada ano, dezembro e janeiro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Em dezembro?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Dezembro e janeiro e eles vão testar todos os números. Nessa época, nós tomamos a decisão para termos cem por cento de visão para nosso investimento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Os senhores colocaram no prejuízo as ações do BAMERINDUS, por quê? Quais as razões? É a avaliação técnica do banco, é isso?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, mas em nossa opinião, a diferença entre a carga positiva e negativa esteve enorme. Na nossa opinião, os acionistas não vai recuperar nada nessa situação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas, vocês poderiam ter pedido ao BAMERINDUS que eles comprassem um valor de face, não?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não, poderia?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não tentaram também?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Desculpe!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Não tentaram fazer isso? Quando vocês colocaram no prejuízo?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não. Eu creio que é difícil para os acionistas do Banco BAMERINDUS repagar ao HSBC por 6,24% como eles não tiveram dinheiro para investir no banco. Mas não falamos sobre isso com eles.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor concorda que se três meses antes de adquirir o Banco BAMERINDUS vocês colocam no prejuízo ações que vocês tinham desse banco e três meses depois vocês topam comprar esse banco? Não soa estranho isso?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, deixa eu explicar uma coisa, nós não compramos o Banco BAMERINDUS, nós investimos 1 bilhão de dólares em um novo banco e compramos alguns ativos e passivos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Sim, a parte boa.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, depende...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O **good bank**.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Nós compramos um banco e se **good** ou mau é difícil para nós. Nós administramos o banco e algumas coisas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas, por que vocês tiveram interesse nisso? Isso é o que eu queria entender. Porque três meses antes vocês não tinham nenhum interesse, de repente surgiu um interesse no banco que tinha quebrado, estava sob intervenção.



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, três meses antes o Banco BAMERINDUS esteve funcionando como um banco, mas, em nossa opinião, na opinião de nossos auditores, o banco, o valor para os acionistas, não tinha valor. O valor do banco esteve em negativo. Por causa disso, nós não podíamos investir num banco que tinha um patrimônio negativo. E a diferença entre essa posição negativa, na nossa opinião, esteve muito grande.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas... Presta atenção. Olha, eu queria entender. Só falta mais um dado. E eu estou perguntando tudo isso para chegar a uma conclusão que eu vou lhe explicar. O senhor encontrou com o ex-controlador, Andrade Vieira, no BAMERINDUS, no ano de 96. Ele lhe propôs também aumentar a participação acionária. Mas, naquela época, o BAMERINDUS não estava em situação tão ruim, Não é? Ele foi piorando ao longo do ano de 96. Então, é estranho isso. Quantas vezes o senhor encontrou com o Andrade Vieira em 96? O senhor lembra? O senhor veio ao Brasil em maio... O senhor disse que só o encontrou em maio.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu acho que comigo somente em maio... Eu creio que nós tivemos um jantar com nosso **chief executive officer** mundial, Sir Widson, em São Paulo. Jantar social.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas a data o senhor não lembra, que o senhor teve com ele, novamente?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu lembro três vezes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Três vezes no ano?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Ao menos duas com certeza.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Inclusive no segundo semestre?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – No segundo semestre?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sim, sim. Duas vezes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito. Muito bem. Agora eu queria perguntar ao senhor o seguinte. O Sr. Andrade Vieira tem a seguinte concepção: que o BAMERINDUS não quebrou, ele foi quebrado. **Understand?**

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Entendo.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito. Se ele foi quebrado, alguém ajudou a quebrar. E quem o ajudou a quebrar, segundo ele, foi o próprio Banco Central e o Governo, e que o Governo já tinha escolhido vocês, HSBC, para essa compra. Perfeito? Olha, isso aí ninguém sabe, mas é sintomático que vocês já tinham uma participação no BAMERINDUS, 6,14%; num primeiro momento foi-lhes oferecido aumentar o capital, vocês nunca quiseram, mas é verdade, pela sua exposição, que tanto o Loyola quanto o Malan — o Loyola em outubro, na sua oposição; o Malan em dezembro — insistiam para que vocês aumentassem a participação acionária, quando, quando existiam outros bancos — a União de Bancos Suíços, o BCN, o Safra — fazendo propostas também. Mas parece que eles tinham uma fixação com vocês. Tanto é que, quando vocês colocam no prejuízo, é uma demonstração de desinteresse, de desinteresse. Esse banco não interessa, esse banco vai quebrar. No entanto, quando o BAMERINDUS quebra, vocês vêm e assumem o BAMERINDUS. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Quer dizer, o HSBC, por todo o histórico que o senhor mesmo constataria, constam reuniões com o Gustavo Loyola, com o Pedro Malan etc. — certamente o tempo todo eles insistem com vocês, ou outros não. Insistem com vocês que não há, que seria a melhor opção. Eu queria que o senhor nos dissesse o seguinte: o que que o Pedro Malan pediu a vocês em dezembro lá e por que realmente vocês vieram para comprar o BAMERINDUS.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, a pergunta tem muitos pontos. Eu vou tomar alguns pontos. Vou falar de cada ponto de cada vez. Primeiro. Quando nós investimos no Banco BAMERINDUS no final de dezembro de 1995, nós fizemos isso não com muito barulho. Pretendíamos investir num banco como um banco que vai criar uma relação com o nosso a longo prazo. Nós ajudamos o banco em 1995, com esses 6,14%. Mas eu não sei que aconteceu com nossos dólares nessa ocasião, porque nós pagamos extra dólares para o seguradora do banco BAMERINDUS. Mas eu não sei o que aconteceu com esses dólares. Ei não sei o que aconteceu. Realmente nós chegamos aqui no Brasil para ajudar esse banco, para participar na patrimônio desse banco. Nós investimos, nós compramos as ações, pensando: nós vamos fazer esse investimento. Eu não sei o que aconteceu com o dinheiro. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto. Nós somos um banco



internacional. Nós temos operações em 78 diferentes países. O estilo do banco, bancos que fazem negócios muito profissionais. Por exemplo, nós compramos o Republic Bank de Nova Iorque, de Edmund Safra. Nós fizemos essas negociações com muita calma, em um fim de semana. Isso é um segredo ou não? Nós fazemos negócios de uma forma muito profissional. Quando nós compramos CCF, na França, neste ano, ano passado, nós fizemos outros negócios — muita calma, em menos de cinco dias. Esse é o estilo do banco. Na minha opinião, é um (*ininteligível*) para ter um banco como esse. O senhor precisa de lembrar que nós também temos acionistas. HSBC tem 190 mil acionistas mundiais. Nós temos uma responsabilidade para eles para apresentar nosso nome no mercado com calma e situação. É fundamental para proteger o valor de nossas ações e para fazer negócios em uma situação comum, não ir usando (*ininteligível*). Eu vou dizer aqui: nunca o HSBC, com o Banco BAMERINDUS, com o Banco Central ou conosco falamos com a imprensa contra o Banco BAMERINDUS. Nunca. **Final** ponto. Quando falamos com Pedro Malan, como Ministro da Fazenda, Financeiro do Brasil, Nós falamos com ele como uma pessoa muito importante do País. Nós observamos as palavras dele com simpatia, mas nós explicamos para ele é difícil para investir nessa situação. Eu aceitei isso. Quando nós falamos com o Presidente Gustavo Loyola, nós explicamos nossa posição, com respeito. O controle de bancos aqui no Brasil, nessa época, nós explicamos para ele nós não poderíamos investir...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Por que os senhores se interessaram então em entrar? É por que os senhores se interessaram pelo esquema do PROER, é isso? O esquema do PROER era uma facilidade para vocês? Que aqui no seu texto está dizendo isso: nós queremos entrar do mesmo jeito que foi o Econômico e o Nacional. Então é isso? O PROER é bom então? É isso? O PROER facilita as coisas? Por isso que vocês vieram. Porque o BAMERINDUS estava quebrando, vocês nunca se interessaram. Aí, de repente, vocês vêm e compram o banco. Então o que que é? O PROER é que é generoso? É bom? É isso? Para os banqueiros, para os grandes bancos?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Senhor, estou um convidado em seu País e não vou falar sobre PROER, é uma operação do senhor em seu País. Deixe-me explicar uma coisa: HSBC finalmente comprou alguns ativos e passivos do Banco



BAMERINDUS, mas entenda o senhor, explico antes, outros bancos estavam falando sobre isso também. Eu imagino o Banco Central decidir para tomar uma oferta do HSBC porque a melhor oferta eles tiveram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Perfeito, mas isso é uma escolha. É isso que eu quero dizer ao senhor: isso é uma escolha que os dirigentes do Banco Central podem tomar — eu vou lhe dizer por quê. Eles tiveram outras ofertas, mas eles fizeram uma escolha por vocês. Inclusive eles fizeram a seguinte escolha: a importância de entrar um banco do porte do HSBC aqui para abrir portas internacionais para simbolizar a entrada de dólares e para dizer que o Brasil está aberto ao capital. Na linha do Sr. Gustavo Franco, que foi a Londres e declarou numa reunião — ele não sabia que tinha um repórter — que o Brasil estava à venda e barato. Esta certo? Então, eu quero dizer ao senhor o seguinte: o HSBC pode ter vindo para cá, depois do HSBC, por coincidência, entraram vários outros bancos, não é que não tenha havido outros reprovados. Por exemplo, o Banco de Boston tinha um certo interesse e o **body** dele se desinteressou pela compra do Nacional, se eu não me engano. Mas o ABR, o BBA, o Bilbao Biscaya e o Santander entraram! Então, era uma sinalização fundamental – eu estou lhe dando um motivo – pode não ter sido esse. O que quero dizer é que a lógica indica o Ministro Pedro Malan e o Governo, o representante do Governo, tinha o interesse que vocês viessem.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Possivelmente, em todo o caso, o senhor...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Ou eles não davam um tratamento VIP para vocês? **Do you know what?**

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Obviamente o nome do HSBC mundial é um nome famoso. Obviamente, um banco de tamanho do HSBC vai chegar ao Brasil, outro banco vai chegar também. É correto que o Santander, BBV, outro banco, ABN, por causa do HSBC. Bancos não gostam de ter concorrência. Quando um banco vai chegar, outro banco vai chegar. Somente em minha opinião, a situação do banco hoje é muito melhor com a nossa concorrência, treinando nossa indústria, focando novos produtos, criando transparência, eliminando filas e outras coisas. É por causa disso. Possivelmente em bancos da Europa.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Mas eu não ainda não tenho uma resposta precisa do senhor no seguinte: o que atraiu os senhores para comprar o BAMERINDUS? O que os atraiu?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, nós não compramos o Banco BAMERINDUS, nós compramos bens ativos e passivos. Nós compramos isso, porque...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Porque o senhor achava que a recuperação do banco ia ser positiva depois, ia terminar. Por que então colocar... Os senhores disseram, depois eu vou fazer essa pergunta, que colocaram 960 milhões de dólares de cara. É isso? O que levou vocês a ficarem atraídos para essa tarefa?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Porque nós compramos o banco...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Porque não estavam antes, um pouquinho antes não estavam, depois ficaram. É o PROER, É o PROER que é atrativo. Entrou dinheiro depois do Governo também?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu não posso falar sobre o PROER. Nós investimos nossos dólares no Brasil. Nós investimos novos dólares neste País. Por que nós compramos Banco BAMERINDUS e atrativos? Como o senhor pode ver as faces de 25 mil funcionários, que tinham a perspectiva para perder emprego. Até o **boy**.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Essa é uma outra discussão. Eu só queria dizer o seguinte: na verdade os senhores aportaram, segundo o seu relatório, que 960 milhões de dólares, nesse dia que foi feita a transação com o BAMERINDUS. Quer dizer, no dia 26 do três, de março de 97, não é isso? Agora, no dia seguinte, 27 de março de 93, a pergunta que o Relator fez, primeira, houve a venda de bônus de **Brazilian Bonds** da ordem de...? O senhor sabe a quantidade? O que se tem é que é um bilhão de dólares? É isso? É da ordem de um bilhão de dólares?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – O senhor está me perguntando sobre isso?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Exato. Vejam vocês, é a discussão se houve uma coincidência. Veja, vocês dizem que aportaram nesse dia 960 milhões de



dólares; no dia seguinte, vocês vendem **Brazilian Bonds**, não é? E eu queria perguntar o seguinte: o Banco Central comprou esses **Brazilian Bonds** de vocês?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não. Sr. Deputado, eu não sei que informação você tem, mas nós não vendemos um bilhão de **bonds**. Eu creio que nós obtivemos um bilhão de bônus antes de efetuar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O Senhor concorda que no dia 27 de março foram vendidos **brazilian bonds**?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu não tenho informação sobre isso. Expliquei antes, que nosso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Eu ouvi a sua resposta ao Relator é que existe uma independência em relação a Hong Kong, Nova Iorque etc. Mas há uma coincidência aqui, no mesmo dia, praticamente. No dia 26 vocês aportam quase um bilhão, e nós estamos vendo a informação que foram vendido pelo HSBC um bilhão de **brazilian bonds**, isso no dia 27. O senhor tem essa informação?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Senhor Deputado, se você tem essa informação eu gostaria de ver isso. Nós não vendemos esses **bonds**. Possivelmente, o senhor pode apresentar essa informação, porque nós não temos essa informação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Um instante por favor. Se alguém aí da CPI tiver o depoimento do Sr. Andrade Vieira, eu não sei se eu estou com ele aqui, se a CPI tiver, eu faço essa pergunta daqui a pouco. Então eu queria... é que há uma coincidência. Na pergunta que o relator faz, me ficou que há uma coincidência entre a compra e a venda. Ou seja, o Sr. Andrade Vieira, inclusive aqui em depoimento disse que ouviu inclusive do atual Presidente do Banco Central, Sr. Armínio Fraga, que os ingleses não trouxeram um tostão novo para cá. Está no depoimento do Andrade Vieira. E exatamente ele faz essa operação, ele se refere a uma operação casada, em números redondos, em número redondos. Então, eu queria que vocês me dessem essa informação. O HSBC vendeu **brazilian bonds**, entende, ao Banco Central em nível internacional? Não sei como é que foi feita essa operação. Mas há uma afirmação do ex-controlador do BAMERINDUS de que o HSBC não aportou nada, porque foi uma operação casada de dia seguinte. Como é que o senhor vê isso?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, deixa-me explicar. É difícil para mim falar sobre outra pessoa que estava aqui nesta CPI. Mas nós não temos evidências que o HSBC venda **bonds**. Definitivamente vende **bonds** para investir aqui no Brasil, no HSBC, Banco BAMERINDUS. Mas se o senhor tem detalhes, nós podemos checar essa informação para você.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Essa informação eu queira que fosse checada, porque eu acho ela importante, sem dúvida. Que o HSBC forneça a esta CPI se nesse dia 27 de março, realmente eles venderam ao Banco Central um bilhão de dólares em **brazilian bonds**, e se o BAMERINDUS tinha posse disso. Isso foi vendido no dia 27. Porque isso é uma informação realmente importante.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Absolutamente, senhor. Eu cheguei aqui para...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O senhor pode depois me mandar então essa...

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Com toda transparência. Nós vamos oferecer toda a informação que nós temos referente ao que você tem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – Eu Agradeço e peço então à Presidência que a Secretaria da Comissão depois se incumba, eu acho, das questões mais importantes. O senhor Michael, eu estava vendo aqui o seu relatório, o senhor leu em plenário, que o senhor era... está aqui desde 97, não é? Mas antes o senhor era responsável pelas operações do Midland, integrante do grupo HSBC na Europa e na América Latina. Então o senhor já era... E que o Midland Bank já mantinha relacionamento comercial com o Banco BAMERINDUS desde 80, atuando como banco corresponde por meio de várias **joint ventures**. E que foi através dele, também, que foram adquiridas a participação acionária equivalente a 6,14% dessa questão. Bem, aqui no... eu tenho aqui comigo o relatório do Banco Central do Brasil, que é uma investigação que foi feita sobre a liquidação do BAMERINDUS, entende? Esse relatório foi produzido por denúncia de uma carta anônima, que acusa os diversos liquidantes do Banco BAMERINDUS em Curitiba, o Sr. Flávio Siqueira, Gilberto Loschila e outros, de irregularidades. Então, o Banco Central mesmo foi atrás e mandou este relatório. Nesse relatório está escrito o seguinte. Que o HSBC Bank Brasil — Banco Múltiplo, atual denominação do HSBC



BAMERINDUS, exerce papel importante no processo liquidatório do BAMERINDUS. Através de contratos firmados entre as partes, datada da época da intervenção, ou seja, no próprio dia 26 de março de 97, cabe ao HSBC os serviços de cobrança, controle e gestão de créditos, a contabilidade das operações e informações à central de risco do BACEN — Banco Central —, o estabelecimentos de acordos para recuperação de créditos, o controle das ações judiciais e de auxílio na regularização de imóveis. Este relatório aponta diversas... — esse é um relatório do próprio Banco Central — diversas irregularidades, entre as quais eu destaco duas, que é a avaliação de imóveis e da negociação de créditos. Então, nós vimos aí que nós tivemos, de 44 imóveis recebidos com valor superior a 300 mil reais, 39 apresentaram valores inferiores aos de entrada e somente 3 superiores. Então, eles confirmam isso como irregularidade. As cobranças de crédito também. E quem fazia a avaliação dos imóveis era o devedor ou o HSBC, e o HSBC também se tornou comprador de imóveis, que eu saiba da massa do BAMERINDUS. Ou não? Eu queria entender o seguinte: o senhor acha correto que o próprio HSBC, que tinha interesse na... tratava da parte boa, passe a operar toda essa responsabilidade, por tudo isso que ele assumiu, cobrança de créditos, serviço de cobrança, controle e gestão, regularização de imóveis etc. O senhor acha normal esse procedimento? Fez parte do acordo?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sem dúvida. Eu acho que meu colega aqui, Hélio Duarte, que está trabalhando nesta área por mais de 4 anos, que fala sobre isso algumas (*ininteligível*) para você, para o senhor.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Deputado, em primeiro lugar, é absolutamente normal que numa transação desse tipo o banco que adquire os ativos e assume os passivos do banco que sofreu intervenção esteja preparado para prestar esse tipo de serviço. Aconteceu a mesma coisa, e acontece até hoje, na operação do UNIBANCO com o antigo Banco Nacional. O UNIBANCO presta os mesmos serviços ou o mesmo tipo de serviço que o HSBC presta ao antigo Banco BAMERINDUS. Por quê? Porque as informações, por exemplo, de cobrança dos créditos que ficaram com o antigo Banco BAMERINDUS e que não foram aceitos pelo Banco HSBC estão incluídos nos sistemas de computação que passam para o banco novo, para o banco que assumiu os ativos e passivos. Portanto, ele é o banco



melhor aparelhado para prestar esse tipo de serviço e continuar fazendo as cobranças dos créditos que são do antigo banco. Então, é absolutamente normal e não foi uma novidade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, mas aí é que entra a questão. Pode não ser uma novidade, entende, mas eu não vejo com normalidade. Eu vou explicar por quê. Porque o HSBC não é dono dessa parte. Ele tem interesse nessa parte, mas ele não é dono. Então, por exemplo, quem entrou com dinheiro para isso foi o PROER, ou seja, foi o Tesouro, foi o dinheiro público. Então, se o HSBC, que tem lá o seu operador — no caso, o Midland Bank, que faz esse serviço —, e ele tem interesse em se livrar de determinados créditos, ou de imóveis etc., ele pode fazer a seu bel-prazer e de seu interesse, tá certo? Então, realmente, é uma situação muito estranha essa. Pode ser que o Banco Central adote esse procedimento. Na minha opinião, não é normal, não é normal, porque o HSBC tem interesse em fazer esse serviço.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Posso-lhe responder?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Nós nunca pedimos ou temos interesse em fazer o serviço. Foi-nos solicitado pelo Banco Central, na época da intervenção, e pelo interventor que então assumia o antigo Banco BAMERINDUS que nós prestássemos esse serviço. Nós, por um comprometimento, que eu diria até moral com o Banco Central e com as autoridades, não tínhamos como recusar. Fizemos isso através de um contrato de prestação de serviços, que regulou todas essas relações, inclusive as cobranças de crédito, e que tem sido cumprido integralmente. Eu queria lhe falar um pouquinho sobre a inspeção, essa do Banco Central.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Antes do senhor explicar, eu queria saber quem solicitou a vocês. Então, foi o Banco Central que solicitou a vocês?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E também não foram vocês que pediram? Foi o Banco Central que pediu?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Sim. E nós não tínhamos como negar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Posso falar sobre o relatório de inspeção?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Fica para o Malan essa daqui então e para o Loyola.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Nós tomamos conhecimento...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para perguntar. O senhor depois talvez responda já conjuntamente. O senhor conhece os interventores do BAMERINDUS?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor sabe que teve 4 interventores já?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor acha normal isso aí?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Eu não sei. O Banco Central substitui os interventores e os liquidantes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por que razão?

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - Ah, não sei. Não sei. Eu conheço todos eles porque na minha esfera de responsabilidade está o relacionamento com os interventores. Sobre a inspeção que foi feita — e que o senhor se referiu —, nós tomamos conhecimento, sim, porque ela foi feita em dezembro de 99 e muitos dos levantamentos foram feitos com a nossa ajuda, porque das áreas auditadas, por exemplo, a área de cobrança de créditos, nós prestamos o serviço. Portanto, nós tínhamos que colaborar e fornecer as informações, o que fizemos com a maior diligência durante a época da investigação. Terminada a inspeção, eu mesmo liguei para a diretoria do Banco Central e solicitei a eles se nós teríamos conhecimentos dos resultados, do relatório da inspeção. Foi-me dito que nós não receberíamos o relatório, porque a inspeção não tinha sido feita no nosso banco, mas no BAMERINDUS e que as conclusões não diziam respeito a nós. Mesmo assim, eu recebi do liquidante, de um dos liquidantes, por telefone, que me leu uma das conclusões do relatório. Se o senhor me permitisse, eu gostaria de reproduzir. Esse mesmo relatório de inspeção que o senhor citou, na sua conclusão, tem um parágrafo que diz o seguinte: “Não vislumbramos qualquer processo de favorecimento voluntário ao HSBC. Não vislumbramos qualquer processo de favorecimento voluntário ao HSBC na gestão dos interventores e liquidantes,



estando sendo obedecidos os contratos firmados. Os contratos da época da intervenção foram, inclusive, aditados, o que possibilitou a diminuição dos encargos devidos pelo BAMERINDUS ao HSBC". Essa é a referência que me disseram que constou da conclusão da inspeção do Banco Central.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Essa é a posição dos técnicos do Banco Central, que é a posição... Agora o senhor me esclareceu. Inclusive, foi o próprio Governo que pediu a vocês para assumir.

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE - E nós aceitamos com muita honra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE – O que eu não vejo com normalidade. Eu acho que o HSBC tem interesses na massa, entende? Então, ele tem interesses e ele pode operar segundo interesses. É uma empresa do grupo que está operando. Se eu estivesse na presidência do Banco Central, normalmente, não faria isso. É isso que eu estou querendo dizer. Até essa informação que o senhor me dá é valiosa, de que foi o próprio Banco Central que pediu isso. Então, eu queria finalizar, Sr. Presidente — o Batochio já está aqui, inclusive, a postos —, dizendo o seguinte. Ficou uma grande dúvida, Sr. Presidente, sobre a compra do BAMERINDUS. Não porque o ex-Ministro Andrade Vieira, não pela versão do Sr. Andrade Vieira. É que a cronologia dos fatos, a insistência com que o Governo procurou vocês. Primeiro, foi o senhor Andrade Vieira mesmo. Vocês já falaram em maio para eles que não tinham interesse em aumentar o capital acionário, e isso ele disse aqui na Comissão, na CPI. Mais tarde, a sua confirmação, Dr. Michael Geoghegan, de que tanto o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, quanto o Malan, em dezembro, insistiram nessa tese do aumento da participação acionária, na minha opinião, demonstrou uma grande preferência pelo HSBC. E nisso eu acho que o Ministro Andrade Vieira tinha razão. Quer dizer, realmente, o que ainda não fica claro é como foi conduzido o processo. Não que não houvesse erros no BAMERINDUS etc. O problema está aqui, né? Onde é que a CPI... porque aqui estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades e gastos inclusive do PROER, do Tesouro Brasileiro, num processo que contou com vários problemas: problemas do Econômico, do Nacional — os três maiores — e do BAMERINDUS. E o Sr. Andrade Vieira terminou com isso ainda. No seu depoimento, ele diz o seguinte: "O BAMERINDUS nunca quebrou, foi quebrado". Eu já disse isso aqui a



vocês. Nunca houve interesse do Governo em resolver o problema por outros motivos, a não ser esse problema, essa solução, que era procurá-los para aumentar o capital, a parte acionária.” E ele estava interessado em vender o BAMERINDUS ao HSBC, como acabou fazendo. E termina assim: “As razões são inconfessáveis.” Tá certo? Então, ficou no ar a seguinte situação: o HSBC fez um grande negócio comprando o BAMERINDUS. Como o HSBC é Hong Kong & Shanghai Banking, dizem que vocês fizeram um negócio da China. O senhor concorda com isso?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu conheço essas palavras. (*Ininteligível.*) operações de setecentos bilhões de dólares mundial. Nós temos aqui 2% de nossa operações mundial. Dois por cento. Nós somos muito orgulhosos sobre nosso banco aqui no Brasil, sem dúvida. Mas nós investimos aqui neste banco no que nós criamos, HSBC BAMERINDUS. E usamos algumas ativos e passivos do banco BAMERINDUS para criar banco aqui no longo prazo. Isto é, eu expliquei no (*Ininteligível.*) . Nós temos mais de 135 anos e, por causa disso, os negócios para nós não é negócios para um dia. São centos anos que estamos aqui no Brasil para criar uma força de indústrias, a nossa indústria, para ajudar o nosso cliente e também para ajudar o nosso país. Para nós, eu acho que tivemos muitos grandes dias com esse investimento. Nós estamos orgulhosos com nossa (*Ininteligível.*) que temos aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Sr. Presidente. É só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Roberto Batochio. Deputado Batochio, se V.Exa. só me permitir, é que estamos com uma preocupação com relação aos horários da Ordem do Dia. Para evitar que se acumule muito a pauta, e pedindo a compreensão do depoente, há um requerimento que me parece consensual, do Relator, com relação à solicitação de cópia de uma comunicação feita pelo Banco Central à Procuradoria da República. Como é uma matéria administrativa, mas para evitar qualquer questionamento com relação ao seu teor — e é uma matéria consensual — colocaria em discussão e votação para daí continuarmos com o depoimento. Assim, sem uma interrupção. E claro: ficam pendentes os requerimentos que ainda têm polêmica. Então, coloco em discussão o requerimento 64, do Deputado Alberto Goldman, que



requer cópia das comunicações de fatos enviados ao seu Procurador Chefe da Procuradoria da República no Paraná, conforme noticiado pelo fisco do Banco Central do Brasil. É o item n.º 5 do requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação. Em votação. Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se acham. Aprovado o requerimento. Agradeço a compreensão de V.Exa. e também do Presidente e concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado José Roberto Batochio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, ilustre depoente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu sei que, dadas as minhas obrigações na Comissão Especial da emenda constitucional que prorroga a CPMF, não pude estar presente aqui durante uma grande parte desta audiência. Portanto, Sr. Presidente, infelizmente, não sei o que já foi respondido e o que não foi respondido, do que consta aqui do meu roteiro de indagações. Por essa razão, gostaria de propor, como metodologia de trabalho, que as perguntas fossem respondidas objetivamente pelo ilustre depoente, que não terá comigo — já adianto — qualquer problema ou qualquer dificuldade de expressão, porque o que não puder expressar, se o Presidente estiver de acordo, e com a tradução em seguida, poderá, quando sentir inevitável ou impossível responder em português, poderá fazê-lo em inglês ou espanhol, se quiser. E, em seguida, se o Presidente estiver de acordo, virá a tradução. O que eu quero, Sr. Presidente, como sou da área, captar o depoimento na sua pureza e espontaneidade. Então, ninguém melhor que o próprio depoente para fornecer essa espontaneidade. Se V.Exa. estiver de acordo, indago a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Nós adotamos procedimento para evitar qualquer questionamento e até em consideração ao depoimento neste Congresso toda manifestação na língua portuguesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Portanto, atendendo a uma solicitação, inclusive, do banco e do Dr. Hélio, permitimos que o acompanhasse até para que houvesse...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu pediria a ele que se limitasse à tradução, porque eu acompanharei também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Está certo. Com a palavra o Deputado Batochio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Michael, o Sr. Andrade Vieira, ex-controlador do Banco BAMERINDUS, declarou a esta Comissão, no dia 24 de outubro de 2001, que, aspas, “no sentido de fortalecer a instituição, tomou várias atitudes, elencando ou enumerando aquelas que ele considerava as mais importantes”. Entre essas atitudes que ele tomou para a defesa do BAMERINDUS, ele menciona que, em dezembro de 1995, e o senhor já disse no seu relatório que eu li aqui, vendeu 6,14% do capital do BAMERINDUS ao HSBC. O senhor não disse o valor, mas eu tenho aqui, pelo valor de 58 milhões de dólares, com o objetivo de capitalizar o banco. Está bem claro o que estou falando, Sr. Michael? O senhor está entendendo bem? Muito bem. Então, com base nesses dados, pergunto ao senhor: qual foi o interesse do HSBC em adquirir, naquela época, apenas 6,14% do capital do BAMERINDUS? Primeira pergunta. Segunda pergunta: o HSBC contratou algum serviço de auditoria para conhecer a situação patrimonial do BAMERINDUS antes de adquirir aqueles 6,14% ou fez uma operação de risco — **free risk** —, ou fez uma auditoria antes para saber da situação da instituição naquele momento, quando comprou 6,14%. Terceira pergunta: podemos concluir que o HSBC acreditava que estava fazendo um bom negócio naquele momento quando adquiriu aqueles 6,14%? O senhor pode responder direta, objetiva e concisamente.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, primeiro ponto que explicar. Eu entendo. Nós investimos 61 milhões de dólares e não 58 milhões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Os dados que eu tenho, confesso a V.Exa., são 58 milhões de dólares, mas tudo bem.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Segunda parte: sim, nós compramos ações de uma subsidiária e creio que o segurador do BAMERINDUS. Nós compramos 6,4% de ações do Banco BAMERINDUS, mas nós não sabemos o que aconteceu com esse dinheiro. O senhor disse que o segurador investia esse dinheiro no banco. Eu vou aceitar isso, mas não tenho evidências disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não. Nem eu perguntei isso. Perguntei qual foi o interesse que o BAMERINDUS tinha em adquirir esses



6,14% do capital do BAMERINDUS naquela oportunidade e se fez alguma auditoria para saber o que estava comprando.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu vou responder isso perguntas também. Primeira pergunta: no primeiro dia, eu lembro, o controlador não quis ter uma **position** onde podemos analisar os números, mas a situação estava um pouco complicada, porque eu entendo que os jornalistas recebem informação que possivelmente a (*ininteligível*) participar nesse banco. Eu não sei que eu fiz, mas obviamente o mercado nós podemos lembrar a situação no fim de 1995, muitos rumores de mercado sobre a solvência do banco. Nós tivemos esta informação no mercado, mas, se nós analisarmos alguns dos números do Banco BAMERINDUS, o que aconteceu? Nós descobrimos que a situação esteve pior que o Conselho esteve explicando para nós antes. Nós tivemos um dilema. Nós poderemos voltar e não investir, e o que vai acontecer com o Banco BAMERINDUS nesta situação ou (*ininteligível*) investir com o compromisso de direito e executivo que elas podem reformar a situação, melhorar a situação. É verdade sua pergunta. Nós analisamos os números, nós falamos com o conselho de membros de diretoria. Nós explicamos. Em nossa opinião, a situação era pior.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E por que os senhores compraram, então?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Imagina que fizemos isso e depois todos em geral estiveram falando a respeito. (*ininteligível*) O HSBC não deu essa informação aos jornalistas. Essa informação cria uma impressão que a situação vai melhorar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Mas veja bem, a minha pergunta tem um propósito muito claro. Os senhores compraram 6,14%. Perguntei se os senhores analisaram os números da instituição cujas ações estavam comprando. O senhor me disse que sim: “Analisamos os números”. Eu perguntei se houve auditoria. O senhor não respondeu. Disse: “Nós analisamos os números”. Bem, não sei quais números sejam. Não houve auditoria, devo presumir. Agora, o senhor me disse também que a situação era muito pior do que imaginava. Então, por que é que insistiu em comprar? Era só 6%. Não era um investimento significativo



para o HSBC. Ou havia perspectiva de, colocando o primeiro pé dentro da casa, ficava mais fácil entrar com o corpo inteiro?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, posteriormente, eu preciso explicar sobre o HSBC. O HSBC é um banco famoso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu conheço.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – (*Ininteligível*). Quando o maior Presidente mundial tem uma decisão para investir, ele avança. Homem de respeito ele vai com riscos, mas, quando ele tem um compromisso do conselho do Banco BAMERINDUS que eles podem resolver os problemas, nós acertamos essa que (*ininteligível*) palavras delas. Eu acho que é melhor para falar pelos membros de conselho do Banco BAMERINDUS que acontece no banco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O senhor está me afirmando, então, que o Presidente mundial do HSBC, um banqueiro de sucesso reconhecido internacionalmente, ele, para cumprir os seus compromissos, faz maus negócios até, mas cumpre os compromissos. É isso que o senhor está-me dizendo?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu não disse maus negócios. Eu disse, nós compramos 6,14% de um banco que teve problemas, onde os membros do conselho disse: “Eles podem resolver isso”. Nós estamos falando sobre uma relação com o banco no longo prazo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – É exatamente isso que eu estava lhe perguntando.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – E causa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Quer dizer, isto era o início de um relacionamento. Entendi. Perfeito.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Nós aceitamos as palavras de um conselho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Agora, qual era o relacionamento do diretor, do Presidente mundial do HSBC com as autoridades financeiras brasileiras? Enfim, onde é que ele foi buscar as informações que era um bom início essa compra de 6,14%? Com quem ele obteve essas informações?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Senhor, nosso Presidente está morando na Inglaterra. Nunca fala sobre isso. Ele não participou nesse tipo de reuniões mundiais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem. Posteriormente, num balanço de 31 de dezembro de 96, o HSBC lançou um prejuízo, a participação acionária de 6,14% no BAMERINDUS, divulgando intensamente aquela decisão, segundo o Sr. Andrade Vieira, para ele repetir. “Posteriormente, no balanço do banco de 31.12.1996, o HSBC lançou um prejuízo à participação acionária de 6,14 no Banco BAMERINDUS, divulgando intensamente aquela decisão, segundo o Sr. Andrade Vieira”. Pergunto ao senhor: primeiro, V.Sa. poderia nos dar uma explicação sobre aquela decisão de lançar um prejuízo à participação acionária de 6,14%, considerando que aquelas ações no mercado brasileiro estariam valendo cerca de dezoito reais na ocasião, segundo informações da Associação de Acionistas Minoritárias do BAMERINDUS? Por que assumir este prejuízo? Por que dar publicidade da venda em baixa dessas ações? Primeira pergunta. Segunda pergunta, por que o HSBC não exerceu o direito que lhe conferiu o contrato de compra e venda daquela participação acionária de 6,14% de obrigar o BAMERINDUS a recomprar as ações? Quero lembrar ao senhor que o HSBC comprou esses 6,14. No contrato de compra dessas ações, havia uma cláusula que, segundo a qual o HSBC poderia fazer o BAMERINDUS recomprar essas ações. O HSBC preferiu não vender de voltar ao BAMERINDUS. Preferiu vender com prejuízo na praça, divulgando esse prejuízo, né? Queria saber por que razão isso aconteceu. E finalmente a terceira pergunta, se, diante disso, nós podemos concluir que havia a intenção do HSBC de agravar a situação do BAMERINDUS como parte de uma estratégia para a realização de um negócio mais amplo, de uma absorção mais geral no futuro. Então, são essas as perguntas que lhe faço neste item.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu vou responder suas perguntas em três vezes. Primeira, porque nós tomamos uma (*ininteligível*) de nossas ações de 6,14% em 31 de dezembro de 1996. Explico essa (*ininteligível*) outras pessoas. Nós tivemos discursos com o conselho ou diretor executivo do Banco BAMERINDUS entre maio e outubro de 1996. Nós obtivemos confiança. Eles puderam reformar o banco. Eles estavam falando de (*ininteligível*) outra idéia.



(*ininteligível*) usando outros consultores. E finalmente nós tivemos muita confiança. O senhor sabe que cada ano um banco com nosso nome, todos os bancos têm auditorias. (*ininteligível*) eles vão (*ininteligível*) nossos artigos. Esta área eles falam conosco e dizem: "Por favor, expliquem porque essas ações têm valor". É incorreto. Eu não sei o valor que ela disse, oito reais, mas as ações (*ininteligível*) mercado. Mas facilmente, o senhor pode analisar esses números que realmente estava vendendo. O número é muito, muito pequeno e todas vendas (*ininteligível*) estão muito baixas. É impossível para nós, para vender nossas ações. Segunda parte de sua pergunta. Nós temos aqui conosco o acordo do Banco HSBC, Banco BAMERINDUS seguro. Nós não temos esta cláusula onde poderemos vender essas ações para o controlador do banco segurador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não há uma cláusula de recompra por parte da seguradora tampouco por parte do próprio Banco BAMERINDUS?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, nenhum. Nós temos somente...

O SR. HÉLIO RIBEIRO DUARTE – Posso passar a cópia dos contratos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Gostaria.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Finalmente, sua pergunta sobre a estratégia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Se esta operação de prejuízo com relação à venda desses 6,14% não tinha por objetivo forçar a queda ou a desvalorização das ações do BAMERINDUS ou agravar a sua crise para depois, então, o HSBC assumir o banco completamente.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sr. Deputado, eu creio que nós anunciamos nosso resultado no fim de janeiro, (*ininteligível*) 1997. Nesta época, a situação no BAMERINDUS esteve muito clara no mercado. Entendo que outros bancos estavam falando com o Banco Central, o controlador do banco. Nós não fizemos nada que criasse uma posição negativa para que o Banco BAMERINDUS liquidasse. Cada (*ininteligível*) aqui neste País estava falando sobre a situação. Todas as indústrias estavam falando sobre a situação do banco. Nós tivemos os resultados em Londres, muito fora do Brasil.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Segundo o depoimento do Sr. Andrade Vieira, o HSBC já tinha funcionários em São Paulo, entre outubro e novembro de 1996, que teriam alugado, de forma discreta, três ou quatro andares de um hotel para abrigar, para hospedar, o grupo de pessoas que assumiria o BAMERINDUS logo após a intervenção, que estava prevista para 30 de dezembro daquele ano, 1996. Segundo Andrade Vieira, era certo que o HSBC iria receber o banco no dia 2 de janeiro de 97. Isso quem falou aqui foi o Sr. Andrade Vieira. Eu lhe pergunto: V.Sa. poderia nos informar com que antecedência o HSBC foi informado de que o BAMERINDUS seria cindido, seria dividido o grupo, e de que haveria interesse do Governo brasileiro em que a parte considerada boa fosse adquirida por um banco estrangeiro, especialmente pelo HSBC? Primeira pergunta. Segunda: por que motivo o HSBC contava com funcionários em São Paulo no período de outubro e novembro de 1996? e por que teriam alugados esses três ou quatro andares desse hotel? Segunda pergunta. Na visita que fizeram ao Ministro Malan, em Londres, em janeiro de 1996, os diretores do HSBC já haviam sido informados da disposição do Banco Central em intervir, fazer a intervenção no BAMERINDUS? Terceira pergunta.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sr. Deputado, a primeira pergunta é o que fazer. Nós não tivemos três andares em São Paulo. Nós usamos o Novo Hotel em São Paulo. As pessoas podem checar. Nós estivemos usando o Novo Hotel em março de 1997. Nunca antes disso. Possivelmente, uma ou duas pessoas que estavam fazendo outros negócios com o HSBC, porque o senhor entende nós temos outros negócios aqui no Brasil. Nós temos operação de Midland Bank, mas realmente nós começamos a criar uma equipe aqui no Brasil na segunda semana de março, nunca antes disso. Segunda pergunta: o senhor estava falando sobre uma reunião em Londres com Pedro Malan, em janeiro de 1996.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Sim. Isso.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Seis ou sete?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Seis.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Seis. Eu não tenho informação sobre isso. Eu expliquei que houve antes, nesta cidade, uma reunião no final do semestre. Creio



que em novembro de 1996. Eu não tenho informação sobre uma reunião em janeiro de 96.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Muito bem. O HSBC, quando procurado pelos diretores do BAMERINDUS, não demonstrou interesse em aumentar a sua participação societária naquela instituição sob várias alegações. O controlador do BAMERINDUS procurou os diretores do HSBC e ofereceu uma maior participação societária ao HSBC no BAMERINDUS. Isto foi recusado. No entanto, considerando que o Sr. Andrade Vieira argumentava que o aumento da participação sugerida resolveria os problemas do banco, não entendemos, a princípio, por que não interessaria ao HSBC aumentar a sua participação no capital, sua participação societária no BAMERINDUS, tendo em vista o potencial do BAMERINDUS, potencial esse que motivou depois a sua compra. Aí através do Banco Central, depois de realizada a intervenção. Então, eu pergunto: a decisão do HSBC de não aumentar a sua participação acionária no capital do BAMERINDUS, quando solicitado pelo Sr. Andrade Vieira, foi fundamentada em algum trabalho de auditoria que teria demonstrado a inviabilidade ou a má situação, a impossibilidade da recuperação daquele banco? Primeira pergunta. Quando o HSBC recusou a aumentar a sua participação, convidado que fora pelo Sr. Andrade Vieira, por que não aceitou aumentar? Segunda pergunta. V.Sa. não entende que a falta de uma fundamentação técnica para esta recusa é possível acreditar que o HSBC já possuía uma **inside information**, uma informação privilegiada, no sentido de que, em um futuro próximo, poderia adquirir o BAMERINDUS em uma situação bem mais vantajosa? Terceira pergunta. Poderia, então, nos explicar com detalhes as razões que motivaram a decisão do HSBC de não aumentar a sua participação no capital do BAMERINDUS quando convidado pelo Sr. Andrade Vieira, o controlador na época?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sr. Deputado, acho que é importante explicar. Nessa época, o controlador do banco teria uma visão diferente da apresentada por seu conselho, por seus diretores executivos. Minha opinião, estou triste, mas a diferença entre valor de ativos e passivos, em 1996, é muito pior. Em verdade, sem (*ininteligível*) fala com área específica para aumentar a participação. Mas, em nossa opinião, esse banco nessa época não tinha valor, porque não tinha



capital. A posição de ativos estava negativa. Por causa disso, era impossível incrementar nosso patrimônio. Lembro que consultores e outras pessoas estavam falando conosco, fazendo as apresentações e fazendo as apresentações de outros bancos para criar um clima. Eles tiveram (*ininteligível*) de outras formas depois. Em nossa opinião, essa energia não (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Mas convenhamos, Sr. Michael. Soa estranho, não é? Alguém vem e me oferece o banco BAMERINDUS hoje. Eu não quero. Eu já tinha comprado uma pequena parcela, um lote de ações, 6,14. Vem o controlador e propõe que eu aumente a minha participação na sociedade porque o banco precisa se capitalizar. Isso seria um fator de capitalização. O senhor não aceita, mas, pouco tempo depois, o senhor aceita para comprar o banco todo. Quer dizer, se o senhor achava que o banco era promissor, o senhor poderia ter entrado antes. Esse é o aspecto que fica um pouco sem explicação, a não ser que isso tudo seja explicado por uma idiosincrasia. Esta palavra existe em inglês, quer dizer, hoje eu quero, amanhã eu não quero. Por que eu quero? Porque me deu na cabeça simplesmente, idiosincrasia. Eu acho que banqueiros não agem idiosincriticamente, tampouco fazem caridade nos seus negócios e tampouco se movem por simpatias — não é? — ou por altruísmo. Eu acho que banqueiro age perseguindo, necessariamente, sempre, o bom negócio, o melhor negócio para ele, incansável e imperterritamente o melhor negócio. Então, a partir dessa premissa, que é lógica, o banqueiro se nutre de quê? De lucros, de geração de rendimentos do seu capital. Então, por que não antes, agora, sim? O que explicaria isso?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sr. Deputado, eu expliquei antes, nesta CPI aqui, que nós não compramos o Banco BAMERINDUS. Nós compramos alguns ativos e passivos. Realmente, nós investimos 1 bilhão de dólares aqui no Brasil, em um novo banco, e depois nós compramos alguns ativos e passivos. Nunca nós compramos o banco. Por causa disso, os preços estão diferentes, e também o senhor se lembra que tivemos muitos riscos nestes bancos. Nós não tivemos uma oportunidade para avaliar os balanços do banco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Agora o senhor falou uma coisa que me suscita um outro questionamento. Por que uma empresa do HSBC, do



grupo, foi contratada pelo liquidante do BAMERINDUS para fazer a avaliação do ativo. Isso aconteceu. Não é verdade? Quer dizer, uma empresa ligada ou escolhida pelo HSBC é que fazia a avaliação dos ativos do BAMERINDUS durante o processo de liquidação. Houve isso? Ou foi só com o Nacional?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Durante o processo de negociação com o Banco Central, era preciso verificar qual era o ativo e qual era o passivo. O Banco Central precisava saber qual era o cabedal de recursos que o PROER iria investir. Era preciso ter a idéia da grandeza do passivo, a idéia de grandeza do ativo bom. Quem fez essa avaliação?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, creio que o senhor está falando sobre nossas auditorias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não auditorias. Isso é tão incrível. Vejo que o senhor realmente tem dificuldade de entender. É que apuramos aqui que em certos processos de intervenção dos bancos para posterior venda do controle acionário se permitia que o próprio comprador fizesse a avaliação dos ativos. Eu quero saber se isso se passou no Banco Econômico.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - O Senhor deve estar... Eu posso explicar. Eu estava lá. Primeiro ponto, nós não analisamos os números de bancos, antes os números públicos em total. Depois da intervenção em Banco Central, em escritório do Banco Central, às duas horas da manhã, nós analisamos os números de passivos e ativos com o interventor e nós tivemos uma (*ininteligível*) perto de 100% de passivos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Por exemplo, havia um imóvel, um prédio, no ativo do BAMERINDUS. Quem é que avaliava esse prédio?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sr. Deputado, sua pergunta sobre (*ininteligível*) é muito (*ininteligível*), porque o HSBC não tem um avião no mundo. (*Trecho ininteligível*). Ativos nós não compramos e por causa de valores efetivos nos livros do Banco BAMERINDUS em liquidação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Relativamente à fase de liquidação, o HSBC atua de forma compartilhada, conforme declaração de liquidantes do BAMERINDUS. Considerando que foram constatadas várias



irregularidades no processo de liquidação do BAMERINDUS, podemos crer que o HSBC deve estar, de alguma forma, a par, ciente dessas irregularidades. Segundo o Sr. Andrade Vieira, o HSBC não teria interesse em realizar os ativos considerados ruins do BAMERINDUS, em liquidação, pois, independentemente de receber ou não, teria garantido o recebimento de 900 mil reais por mês. V.Sa. confirma o recebimento dessa quantia, por mês, ainda que não realize algum ativo ruim? Entendida a pergunta?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Entendo, mas prefiro que o Sr. Eduardo responda. Ele tem muita informação sobre isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Não, mas eu queria saber a informação que o senhor tem sobre isso.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Primeiro ponto sobre a situação. Recebemos perto de 900 mil reais a cada mês, mas temos responsabilidade por mais de 14 mil... Nos primeiros dois anos, tivemos duas mil pessoas cada dia. Dois (*ininteligível*) trabalhando somente para rico por esses ativos. Sim, nós recebemos uma receita de 900 mil reais, mas gastamos dinheiro também. Nós recuperamos perto de 900 milhões de reais na diferença entre custo que tivemos e receita que nós tivemos para essa operação. Sessenta milhões? Sessenta ou 50 milhões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – O valor recebido? O valor desses ativos, quanto foi recebido?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - 59,8 milhões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – E quantos meses foram recebidos 900 mil reais por mês?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Nós tivemos diferentes. Eu lembro, a cada ano, nós estamos reduzindo o **fee** por causa do número de ações contra nós.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Para a taquigrafia, **fee** significa honorários, pagamento. Mas quanto tempo durou? Quantos anos demorou isso aí?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Desde 1997.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – 97.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - São cinco anos.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – V.Sa. poderia explicar as razões que o HSBC teve para atrasar em até 45 dias o repasse de créditos recebidos para o BAMERINDUS em liquidação, conforme o relatório do DEFIS/DERES, Departamentos do Banco Central. Esses departamentos do Banco Central acusaram um atraso de 45 dias para os senhores, HSBC, repassarem valores recebidos de ativos realizados no BAMERINDUS. Por que esse atraso? O senhor saberia me dizer?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Senhor (*ininteligível*) para responder porque ele tem mais informação e mais clara.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu insisto e peço desculpas. Eu queria saber o que o senhor pensa.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Eu tenho... Meu colega está respondendo que em um caso nós estávamos atrasados. Eu não sei quantos (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Um documento oficial do Ministério da Fazenda, datado de maio de 1997, intitulado “Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil”, destacava vários pontos considerados positivos pelo Banco Central, para exatamente vender a parte boa do BAMERINDUS para o HSBC. Entre esses pontos, vale mencionar aquele em que o HSBC anunciava um plano de expansão, que, em curto prazo, aumentaria o número de agências do antigo BAMERINDUS de 1200 para 1500 agências. Por ocasião do seu depoimento, na CPI do Senado, Mr. Michael, no primeiro semestre de 1999, ao invés de aumentar, o HSBC havia fechado cerca de 200 agências, reduzindo para 1000 o total de agências. Outro ponto que o documento considerava positivo se referia à preservação do emprego dos funcionários do antigo BAMERINDUS, uma promessa, uma perspectiva de preservação do emprego desses funcionários do antigo BAMERINDUS. Na CPI do Senado, V.Sa. já admitia que havia demitido cerca de 4.500 funcionários. Então, eu pergunto: V.Sa. admite, V.Sa. aceita que os pontos destacados neste documento do Ministério do Fazenda significavam apenas uma justificativa, ou seja, “não vou demitir ninguém, vou aumentar duas centenas de agências”, apenas uma justificativa para o privilégio da venda da parte boa, só da parte boa, do BAMERINDUS para o HSBC, sem qualquer fundamentação técnica verdadeira, de maneira a tentar desqualificar a suspeita de uma operação feita de



maneira irregular, atendendo a interesses não publicados? V.Sa. poderia estabelecer uma comparação entre a situação do antigo BAMERINDUS e a do HSBC hoje, em termos do número de agências, de número de funcionários? Então, V.Sa. entendeu bem, quando era no noivado, **fiancé**, vou aumentar o número de agências, não vou demitir ninguém; casou, mandou embora 4.500, diminuiu 200 agências. O que explica isso, essa diferença?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – O primeiro ponto é difícil falar sobre casamentos. Minha esposa não está aqui, mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Há casamentos comerciais e econômicos.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Eu creio que o senhor está falando sobre um acordo que eu tenho com o Banco Central, em nome do HSBC, a ter permissão para aumentar o número de agências para 1.500. Tenho um acordo para fazer isso. É verdade que fechamos dois centos de agências, mas nós reformamos a nossa operação. Hoje nós temos 600 postos de serviços, temos operações em impressos, e minha opinião sobre o futuro das operações de bancos do Brasil é onde nós temos clientes, e também nós temos três centos mil de clientes usando a Internet hoje. Cinco anos atrás não tivemos Internet. Nós temos operações enormes. Temos 7 mil funcionários em Curitiba. Temos 2 mil mais que tivemos em Paraná, 2 mil mais que nós tivemos quando chegamos aqui no Brasil. Nós temos operações enormes de **telebanking** em outras áreas. Temos 1.300 pessoas trabalhando na área de tecnologia. Senhor, sem dúvida, este banco está expandindo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quantas agências tem o banco hoje daquelas 1.200?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Tem 1 mil agências e 600 postos de serviços.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – As agências, especificamente, então, diminuimos 200.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Temos 1 mil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quantos funcionários tinha na época da compra e quantos tem hoje?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Vinte e quatro mil funcionários em 1997, hoje 21.000.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu preferia continuar, desculpe, não é nenhum desrespeito a V.Sa., mas...

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, creio que o senhor conhece também a nossa indústria, indústria muito mais que nós reduzimos. Quando o senhor está analisando os números de indústria, por causa disso, por causa de restrições entre seis e oito horas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Eu estou terminando já. Quero antecipar a V.Sa. que não tenho nenhum preconceito, não tenho nenhum juízo antecipado. Estou apenas procurando esclarecer algumas dúvidas que me acometem o espírito. Estou querendo apenas esclarecer isso sem nenhuma posição inicialmente tomada ou firmada. Gostaria também de assinalar que o documento do Ministério da Fazenda destacava ainda — aquele documento do noivado, **fiancé** ainda, **not married** —, aquele documento do Ministério da Fazenda destacava ainda que a presença do HSBC no mercado bancário brasileiro teria sido de fundamental importância para a redução da taxa de juros. Esse documento dizia assim: vai entrar o HSBC, controle estrangeiro, nós vamos com isso tomar uma injeção de capital e baixar a taxa de juros. Somente para salientar a inconsistência, digamos assim, a não veracidade deste argumento, gostaria de mencionar que comparativamente aos bancos Itaú e BRADESCO, o HSBC, consideradas as 11 modalidades de operações de crédito, cobrava, em 27 de novembro deste ano, 2001, últimos dados disponíveis no **site** do Banco Central, Internet, taxas médias de juros mais elevadas em 7 dessas modalidades. Para as empresas **hot money**, 2,11% ao mês contra 1,61% no BRADESCO. Desconto de duplicata: 2,83% ao mês contra 2,51 no Itaú. Conta garantida: 4,11% ao mês contra 30,99 no BRADESCO. Operações de venda: 1,88% ao mês contra 1,66% no BRADESCO; e 1,59 no Itaú. Para pessoas físicas. Cheque especial: 8,71% ao mês contra 8,41 no BRADESCO e 7,87 no Itaú. Crédito pessoal: 5,28% contra 5,13% no BRADESCO. Crédito para aquisição de bens: 3,61 contra 3,49 no BRADESCO e 3,04 no Itaú. Poderíamos concluir, portanto, que todas as argumentações para justificar a baixa de taxa, a redução da taxa de juros, para



justificar a venda da parte boa do BAMERINDUS para o HSBC, não foram confirmadas na prática. O que V.Sa. pode comentar a respeito disso?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, o primeiro ponto em sua pergunta eu não lembro do Ministro Pedro Malan dizendo: o HSBC vai chegar aqui para reduzir a taxa de juros. Deixe-me explicar uma coisa: quando nós chegamos aqui nós tivemos que investir muito dinheiro para reformar 1 mil agências, para treinar funcionários. A situação em Banco BAMERINDUS velho esteve difícil. Eles não tiveram dinheiro para investir no banco. Eu (*ininteligível*) para reduzir nossa taxa de juros nas taxas de juros em mesmo nível de outros bancos. O senhor estaria usando um exemplo. Nós temos outros exemplos de outros bancos que têm outras taxas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Maiores.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Maiores. Eu entendo, eu prefiro reduzir a taxa de juros neste País. Eu estou falando sobre o (*ininteligível*) neste País. Em minha opinião, é um absurdo em nossa indústria pessoas trabalhado somente por seis horas cada dia. Em nenhum outro banco do mundo tem isso, em nenhuma outra indústria tem isso. Aí eu tenho um sonho para reduzir a taxa de juros. Tenho um plano para fazer isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Que bom!

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – (*Ininteligível*) comigo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem. Segundo uma reportagem recente do jornal **Gazeta do Povo**, o HSBC estaria desobedecendo ordem judicial ao tentar efetuar uma operação inédita de securitização imobiliária, envolvendo 79 imóveis do banco no valor de 135 milhões. Essa operação, segundo o Diretor de Relações Institucionais do HSBC, seria uma forma de melhorar o capital do banco. V.Sa. poderia nos explicar como é essa operação? Por que aumentar o capital do banco com recursos já existentes no Brasil, recursos imobilizados, ao invés de internar divisas? Seria muito interessante para nós todos aqui.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado esse assunto sobre securitizações, a palavra em inglês também, o que aconteceu? Você toma ativos imobiliários e vende esses ativos imobiliários e aluga depois por dez anos. Se realmente vamos incorporar nossa (*ininteligível*) em dez anos. Porque ter uma



vantagem no sistema do banco, e todo banco está fazendo isso. Regras do Banco Central. Temos um índice de ativos permanentes, e o Banco Central, que até os bancos vão reduzir os investimentos, eles têm imobiliários fixos de operação, porque eles têm... Eu tenho a mesma impressão. Um banco está aqui para emprestar, não para investir em imobiliários. Por causa disto, estamos tomando estes ativos fora de nossa balança geral. Elas vão voltar para nós, e nós estamos alugando cada mês essas agências. Nós estamos usando essas agências.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quer dizer, se bem entendi, o banco está vendendo os seus imóveis, os alugando...

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Correto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - ... ocupando-os na qualidade de locatários...

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Nós que tomamos a agência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Quer dizer, gerando capital com a venda desses imóveis.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Reduz-se o capital para investir em empréstimos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem. Entendi a operação.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – É complicado. Eu tive problema também quando nós começamos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Bom, de nossa parte, nós preferíamos que o banco remetesse, internasse do exterior, assim, recursos na medida em que o banco daqui precisa se capitalizar. E se precisasse expandir, digamos assim, a sua rede imobiliária, nós gostaríamos muito que ele investisse na construção de imóveis, porque isto gera empregos, faz crescer a economia do nosso País. Bom, mas isto é apenas um... (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas depois tem que pagar dividendo, tem que exportar dividendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – É, está certo. Sr. Michael. O Sr. Gustavo Franco é atualmente contratado do HSBC?



O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – (*Ininteligível*)... Lembra nome dessa empresa. Nós usamos ele como um especialista fazendo esta coisa. Tive um contrato para fazer... Ele está fazendo isso para outras pessoas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Os senhores conheciam o Dr. Gustavo Franco desde quando? Antes da negociação?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Não, porque eu creio que ele estava trabalhando na área internacional, na área de (*Ininteligível*). A primeira vez que eu falei com ele, ano passado, um ano não conhecia ele.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Desde quando ele presta serviços ao HSBC?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Ano passado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Ano passado?

(Não identificado) – Dois meses nessa operação.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Somente por isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Muito bem. Eu quero agradecer a presteza e a gentileza com que o senhor respondeu as minhas indagações. Estou terminando a minha intervenção, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Obrigado, Deputado Batochio, e pelo correto português. Com a palavra o último Parlamentar inscrito, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Parlamentar, ilustres depoentes, eu quero me centrar em duas questões. A primeira, a questão dos minoritários, já amplamente abordada aqui. E, pelo que me foi colocado pelas assessorias de que houve especulação com relação a pessoas que especularam como acionistas... Mas a grande maioria dos acionistas do BAMERINDUS, são mais de 50 mil, não são especuladores. A minha pergunta objetiva é esta: daria para levantar, em dois, três meses, aqueles que especularam para tirar fora e acertar com aqueles que são investidores permanentes do BAMERINDUS? Os acionistas minoritários? Para poder fazer um entendimento de acerto, um entendimento de boa vontade com o HSBC, o Banco Central, o liquidante? Ver uma composição que pudesse atender. Nós somos do Paraná, eu sou do Paraná, e a presença da matriz do BAMERINDUS, que essa é a segunda



questão, no Paraná para nós é de grande importância, ela é de fundamental importância. O Paraná é a quinta maior economia do País e tem a perspectiva de um crescimento garantido nos anos vindouros, porque já tem, há mais de duas décadas, a sua infra-estrutura bem estruturada para poder garantir esse desenvolvimento sustentado nos anos vindouros, de ser uma economia em ascensão, crescente, positiva. E a presença de um banco como o HSBC no Paraná é de fundamental importância. E para este entendimento ser maior com a população do Paraná, para que haja o engajamento maior da população do Paraná, um banco com sede no Paraná, era importante a solução dos minoritários. Se houvesse essa solução... porque eles falam em algo em torno de 100 milhões, 50 mil acionistas dariam 2 mil reais por acionista. Aí eu coloco a questão central, quer dizer, aqueles especuladores que realmente especularam nos últimos períodos poderiam ser facilmente detectados e tentar fazer um entendimento com aqueles, realmente, investidores, que acreditaram no BAMERINDUS, que investiram no BAMERINDUS, que vem a ser sucedido pelo HSBC, que acabou comprando o BAMERINDUS. Então, essa é uma pergunta direta e objetiva. E a outra questão é um apelo que eu faço pela permanência do HSBC no Estado do Paraná, com a sua sede, com a sua matriz, que dá, assim, um fortalecimento muito grande à economia, ao desenvolvimento do nosso Estado.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, eu vou começar com estas palavras: eu estou muito orgulhoso sobre nossa operação no Brasil, muito orgulhoso sobre nossa operação em Curitiba, onde nós temos a sede, mas também temos sede por toda a América Latina. Hoje estou enviando uma mensagem para o senhor, nós estamos continuando investindo em sua cidade, em seu Estado. Hoje, nós temos mais operações na Argentina, em Curitiba. Nós temos 7 mil funcionários. Eu creio que esta noite, das janelas da matriz do HSBC, o senhor pode ver 140 crianças cantando o Natal de Curitiba. Meu presidente mundial falou sobre nossa operação em Curitiba, é correto. Nenhum outro banco tem uma operação fora de São Paulo, um banco privado. Mas, em nossa opinião, Curitiba, Paraná, tem vantagens e por causa disso nós vamos continuar lá. (*Ininteligível*) A situação é difícil. Eu queria resolver isso, mas temos situação difícil, porque nós temos ações contra nós na Justiça. Eu acho que nós não podemos eliminar essas ações. Nós vamos passar,



esperar até nós termos resultado lá. Mas se nós pudermos recuperar essa informação onde nós poderemos realmente ter uma barreira entre as pessoas que são especuladoras, por cinco anos, cinco meses ou seis meses antes da intervenção. E penso realmente que hoje perdem dinheiro. Possivelmente nós poderemos avançar nesse assunto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – É, a questão... Acho que poderia fazer um levantamento desses especuladores, separar dos investidores permanentes e fazer um acordo das ações que estão em juízo por parte do grupo que defende os minoritários do BAMERINDUS. Eu estou fazendo um apelo porque realmente todos nós, Parlamentares do Paraná, estamos sendo instados, convocados pelos minoritários. Você vai a um restaurante, você encontra pessoas, você está numa rua, encontra uma pessoa: “Olha! Você está indo lá para audiência pública? Faça um apelo”. Eu acho que daria uma popularização muito grande ao HSBC. Eu acho que poderia ser feito um entendimento com o próprio Banco Central, com o fundo garantidor, com o liquidante nesse objetivo de suspender as ações, se houvesse um acordo, para a resolução do problema dos minoritários. Estou fazendo um apelo, mas pela segunda vez. O primeiro apelo é a permanência no Paraná. O Paraná tem um PIB, uma economia tão grande quanto a do Chile, maior do que o Uruguai e o Paraguai juntos. O Paraná tem uma economia muito sólida. Por outro lado, eu vejo que para o futuro do HSBC seria muito bom esse acerto, esse entendimento, daria uma popularidade muito grande perante a população do Paraná, porque a maioria esmagadora dos 55 mil acionistas é paranaense. Então, o entendimento, não com os especuladores, com aqueles investidores, daria ao HSBC um crédito, uma popularidade, um reconhecimento muito grande por parte da população do Paraná. Era o que eu tinha a dizer a V.Sa.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Sr. Deputado, será muito difícil para eliminar especuladores. Eu acho que depois dessa CPI, hoje, nós vamos ter especuladores falando sobre a possibilidade que o HSBC vai pagar alguma coisa. Entendo, há pessoas no mercado, pelos últimos cinco anos, oferecendo preços de ações (*Ininteligível*) do Banco BAMERINDUS. Se nós podemos eliminar essa especulação e retornar para pessoas que realmente têm essa necessidade, possivelmente nós poderemos falar sobre isso. Mas eu tenho um... Eu não posso ter



um compromisso para fazer alguma coisa. Eu posso ter um compromisso para falar sobre isso, não posso dar a você um compromisso, podemos resolver isso. Não tenho todas as coisas técnicas sobre isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - A abertura de estudar a matéria com os Parlamentares já é um início. Agradeço, então, o posicionamento de V.Sa.

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Consulto o Dr. Michael se V.Sa. teria interesse em fazer mais alguma observação final?

O SR. MICHAEL GEOGHEGAN – Somente obrigado por ter paciência para ouvir o meu português. Falo com vocês informações que tenho, mas estou aqui para jurar a CPI, estamos aqui para (*inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Agradeço a presença do Dr. Michael Geoghegan, Presidente do HSBC; agradeço a presença também do Dr. Hélio Duarte, Diretor do banco. E antes de passarmos à segunda etapa, que será para ouvir o Sr. Euclides Nascimento Ribas, faço uma suspensão de um minuto dos trabalhos e vamos reiniciar para o depoimento do Sr. Euclides Ribas. Está suspensa a sessão.

(*A reunião é suspensa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Vou reiniciar a nossa audiência. Antes de convidar o Sr. Euclides para compor a Mesa, quero prestar um esclarecimento. Temos uma Ordem do Dia com requerimentos já distribuídos aos Parlamentares. Conversei com o Relator, ele irá-se manifestar também, com relação a cinco requerimentos pendentes, que são de discussão na Comissão. Mas, apesar de já haver número regimental para deliberação dos requerimentos, considerando que Parlamentares, inclusive os autores dos requerimentos não estão presentes neste momento na sessão, e até para que se evite qualquer interpretação, ou qualquer deselegância, ou até compromisso ético na discussão em votação desses requerimentos, antes de iniciar a Ordem do Dia, havendo o retorno dos Parlamentares, colocarei em votação, ou, alternativamente, já coloco em pauta para deliberação na sessão de amanhã. Mas antes de continuar, concedo a palavra ao Relator, Deputado Alberto Goldman.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, de fato, o meu parecer sobre esses requerimentos são quatro quebras de sigilo e uma acareação, que seria feita. O meu parecer é contrário, em relação aos cinco requerimentos, mas acho que, de fato, não tem cabimento votarmos isso agora com presença muito limitada dos Srs. Deputados, poderia parecer uma tentativa até de um golpe. Então, prefiro realmente que se deixe para amanhã, ou para depois de amanhã, mas no momento que se entenda que, minimamente, existe uma possibilidade de discutir. O meu parecer é contrário, mas não gostaria que fosse votado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Então, ficam, automaticamente, transferidos para a sessão de amanhã os requerimentos em pauta. Mas, por uma questão administrativa e para que não haja acúmulo, informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas as atas da 22ª, 23ª e 24ª reuniões da Comissão, indagando se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, podemos dispensar a leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Dispensadas as leituras das atas e para efeito regimental administrativo, coloco as atas em discussão. Não havendo quem queira discuti-las, coloco em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. Convoco o Sr. Euclides Ribas, Presidente da Associação dos Acionistas Minoritários do Grupo BAMERINDUS, para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*) Concedo a palavra ao Sr. Euclides Nascimento Ribas, Presidente da Associação dos Acionistas Minoritários do Grupo BAMERINDUS.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Exmo. Sr. Presidente, Gustavo Fruet, desta Comissão, Exmo. Sr. Alberto Goldman, ilustre dignatário também desta Comissão, Relator, meu colega profissional, Srs. Deputados, meus senhores, amigos, passo às mãos de V.Exa., porque as ponderações que vou fazer, e também alguns documentos que comprometam essas ponderações. Estão aí algumas de que o Deputado Alberto Goldman está precisando, estão aí algumas folhas para uso exclusivo, evidentemente desta Comissão. O meu nome é Euclides Ribas, sou oficial já reformado da Aeronáutica, também sou engenheiro formado pelo ITA, sou engenheiro também formado pela Escola de Engenharia Civil do Paraná, sou engenheiro civil também, e sou engenheiro de aeroportos pelo MIT, uma escola



americana de Boston. Estava eu, já saí da Aeronáutica, dando instruções básicas de aeroportos brasileiros, porque temos uma das melhores infra-estruturas de aeroportos do mundo e temos muito **know how** sobre o assunto. Isso fez com que tivesse muita experiência em relação a aeroportos. Mas quando ocorreu esse fato do BAMERINDUS, que o BAMERINDUS foi passado para o HSBC e alusivas, da noite para o dia ficamos surpresos e perdemos tudo. Aquilo que economizamos durante vinte anos, como é o meu caso específico, vinte anos economizando, salários, perdemos tudo rapidamente. Ficamos naquele instante um pouco perturbados, mas começamos a nos organizar, começamos a falar com um, com outro e alguns pediram nossa ajuda. A primeira ajuda que me pediram foi numa cidade chamada Piraí do Sul, que os Deputados paranaenses conhecem Piraí do Sul perfeitamente, cidade pobre. Mas tinha lá uma casa chamada Oricena Vargas, de uma tia do ex-Senador Túlio Vargas, que os senhores devem conhecer. Essa senhora faleceu, mas fez uma casa, para amparar meninas abandonadas na rua, que já estavam trabalhando na profissão, se especializando na profissão mais antiga do mundo; meninas com doze, treze, catorze anos. Quando ocorreu esse fato com o BAMERINDUS, eu fui lá, me chamaram muito, eu fui lá e vi aquela tragédia que se deparava diante da minha vista: 28 meninas entre catorze, quinze, dezesseis, dezessete anos saíam pela rua, não tinham comida para comer, não tinham..., não sabiam como fazer, e saíram para voltar para a profissão, que foram apanhadas e foram postas na Casa Oricena Vargas. Isso me deu um choque fantástico, me deu um choque fabuloso. E, então, me dediquei de corpo e alma a essa instituição, esperando que com isso, com esse meu trabalho, com esse meu esforço, eu venha a pagar à sociedade o que a sociedade fez por mim; tantos cursos que eu tenho de engenharia e de piloto e de tantas coisas, é uma maneira que eu encontro de pagar à sociedade, o que a sociedade fez por mim. E tenho feito isso, consegui acertar a Casa Oricena Vargas; o Exército da Salvação, uma major me ajudou, fomos lá e tal, e assumi, o Exército das Salvação assumiu. Hoje, é uma casa que funciona regularmente e tem 36 meninas de idade entre doze e dezoito anos. Então, a partir dessa data, eu me dediquei totalmente a esse fato. Porque acho que houve uma injustiça contra uma série de pessoas que economizaram durante toda a vida. E eu venho aqui hoje, tive esse grato prazer, a Comissão me deu essa oportunidade, a



Comissão Parlamentar de Inquérito me deu essa oportunidade para quê? Para que dialogasse também. E o Deputado Fruet falou, meu ilustre amigo que me orgulho muito em ser seu amigo; o Deputado Bueno também falou hoje. Nós estamos aqui para fazer, para dar as mãos, para achar uma solução. O diálogo de pessoas como nós nos achamos, ou o que somos, para trazer um caminho seguro para todos nós, mas também um caminho bom para o País, para os minoritários, para o banco que vem-se instalar aqui. Então, só vou ler as minhas ponderações. Eu só queria dizer por que eu saí de uma profissão de engenheiro, de aviador, e tudo, e fui bater nessa mendicância, que eu tenho prestado, incomodado muitos amigos, como tenho contado já várias vezes ao meu amigo, que me orgulho de ser seu amigo, Deputado Rubens Bueno. No dia 27 de março de 97, cidadãos brasileiros sofreram uma das maiores ações de terrorismo econômico e financeiro, quando tiveram seu patrimônio em ações do Banco BAMERINDUS expropriado, fruto da transação entre o Banco Central e o HSBC, recebeu eloqüentes favorecimentos no processo de compra do BAMERINDUS . Dentre as inúmeras e injustificáveis benesses concedidas ao HSBC destacam-se logo no contrato firmado o seguinte: a) a escolha exclusiva por parte do HSBC, no prazo de 180 dias, definindo o que era melhor para ele, ou seja, a parte boa do banco; b) a venda pelo valor contábil das indústrias, desculpem, das inúmeras e lucrativas empresas do grupo paranaense; c) transferência de todos os contratos mercantis sem ônus algum; d) a assunção dos contratos de risco, onde o risco ficou para o BAMERINDUS e o lucro para o HSBC; e) aquisição de móveis e imóveis pelo valor no papel, sem qualquer avaliação real. Falando de maneira simples, o HSBC assumiu um negócio sem qualquer risco. O risco ficou para o povo brasileiro. Tamanho favorecimento decorreu das manobras administrativas e contábeis que prejudicaram fortemente a Nação, bem como os acionistas minoritários da instituição, sem nenhuma satisfação convincente, *“tudo, inicialmente, feito no escuro e com total falta de transparência, sendo que a transparência é a chave da credibilidade”*. Os minoritários em número de 53 mil e 200 famílias representavam 24,89% do capital do banco. Os senhores vêm que é um capital grande que os minoritários tinham, porque tinha muitos minoritários. Era uma quantidade de acionistas muito grande. Nenhum banco, talvez, chegou a ter quantidade tão grande quanto tinha o BAMERINDUS . Esses acionistas não eram



especuladores. Se apareceu o especulador, que seja desprezado, que saia da nossa equipe. Nós desprezamos quem é especulador, como foi dito aqui inicialmente, desprezamos completamente. Nós, minoritários, não éramos especuladores, não comprávamos em bolsa, mas, sim, no balcão do próprio banco, ou ainda, descontados em seus salários, quando funcionários. Como recebiam rendimentos mensais, reaplicavam os dividendos como poupança, sendo esta renda na maioria dos casos receita essencial para sua própria sobrevivência familiar. Agora, com essa situação encontram-se privados do seu sustento. Alguns, inclusive já morreram sem recuperar o investimento da sua vida. De acordo com o dicionário Aurélio, e também com os professores de Direito, o acionista é, sim, um investidor — tudo bem —, devendo receber a proteção legal concedida na lei, pois, se cada pessoa resolver dar às palavras o significado que melhor lhe convier, nada mais terá valor ou sentido, e pior ainda, quando se exclui ou acresce propositadamente uma palavra. O Banco Central tem a obrigação de fiscalizar — não há dúvida nenhuma, é a sua função fiscalizar — e o direito de intervir quando ocorrem riscos na economia do País, mas não pode através de um contrato e seus aditivos permitir que determinados credores sejam privilegiados, excluindo-se outros, pois nessa exclusão vamos encontrar flagrante ilegalidade. Uma vez que tanto a intervenção como a liquidação se regem pelo regime da falência, onde se quer a igualdade entre todos os credores, o tratamento dispensado aos minoritários, em última análise, estaria malferindo o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei. Enfim, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, que define a incorporação como sendo a “operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas pela outra, que lhe sucede em todos os direitos e obrigações”, conclui-se que o HSBC é sucessor por progressividade do BAMERINDUS e, conseqüentemente, pode e deve assumir todos os direitos e obrigações da sociedade em incorporação, em especial em relação aos minoritários (conforme parecer — que está anexo aí — do Juiz, Dr. Luiz Roberto Sabbato, de São Paulo). Alegaram, entretanto, os dirigentes do Banco Central à época, que a aplicação em ações, na qualidade de investidores minoritários do Banco BAMERINDUS, era um investimento de risco. Portanto, pôde ser reduzido a pó, para facilitar a transferência para o grupo inglês HSBC. Risco, podia haver, só que criado pelo BACEN e pelo HSBC; tudo planejado para tomar o



BAMERINDUS . Ações são investimentos de risco, sim, quando ditado seu valor pela Bolsa de Valores, que pode subir e descer, conforme evolução dos negócios, porém, as ações não podem baixar a um valor zero pela simples intervenção do Banco Central. Ainda mais, se alguém se beneficiar do risco, se alguém se beneficiar do risco, sabendo de fatos relevantes antes de todos. Ou seja, não pode haver conhecimento privilegiado. A intervenção foi danosa, pois se deveriam aplicar as penalidades devidas na época prevista; se erros estavam ocorrendo, caberia não deixar que a situação se agravasse, o que não ocorreu. Preferiu-se a venda precipitada do banco para os ingleses. O recente caso do BANESTADO, em nosso Estado do Paraná, mostra que a realidade foi bem outra no caso do BAMERINDUS . Ao invés de se jogar às claras, como no caso do Banco do Estado, preferiu-se fazer tudo na surdina. Ninguém explica por que os ingleses eram os únicos capazes de assumir o negócio. A medida tomada foi desastrosa e ilegal. A venda ao HSBC separou o BAMERINDUS em duas partes: uma boa transferida ao HSBC, que ele mesmo escolheu pela quantia de 381 milhões de reais para pagar em sete anos, com mais três de carência, ou seja, em dez anos, e outra chamada de podre, rejeitada pelo comprador, que ficou no colo dos militares. Para nós, minoritários, a única maneira que tínhamos de verificar a saúde da instituição eram os balanços que eram editados por empresas internacionais. Além disso, o Banco Central, que era uma instituição confiável, confiável, com técnicos e equipamentos para isso, para fazer a vistoria, vinha desempenhando seu papel de fiscalizador do sistema financeiro nacional. Não se podia suspeitar de nada. Outrossim, não se tinha nas tratativas do Banco Central a busca de soluções que viessem a preservar o BAMERINDUS, sendo que a autarquia tem poderes amplos para afastar, tirar um diretor, tirar dois, tirar toda a diretoria, botar quantos quiser, botar uma diretoria técnica de técnicos. Hoje em dia é comuníssimo nas indústrias, os dirigentes que dirigem não são os donos mais, há muito tempo. Sendo que a autarquia tem poderes amplos de afastar, de demitir, nomear novos dirigentes, total ou parcialmente, objetivando a preservação da confiança do público, dos depositantes e dos investidores em geral do sistema financeiro. Os administradores que disseram ser as ações um investimento de risco e, conseqüentemente, desconsideradas, estão na contramão da história. O Dr. Armínio Fraga, Presidente do Banco Central,



declarou essa declaração que está aí também no papel, que condena o desenvolvimento a qualquer preço e afirma: para que o País tenha uma maior oferta de crédito de longo prazo — disse — que a proteção acionistas militares é um ponto positivo. Isso são palavras do Dr. Armínio Fraga que está aí. Somente assim terão o seu direito garantido de vender suas ações pelo menos por 80% do preço aos majoritários quando a empresa tiver seu controle acionário trocado. Aliás, para atrair maciçamente pequeno investidor que deseje alternativas para aplicação dos seus recursos, é preciso regras bem definidas que inspirem confiança, sendo fundamental um órgão de regulação ágil e independente que garanta aos minoritários que seus investimentos não serão desvalorizados por manobra dos compradores, conforme se prevê na nova Lei das S.As já aprovada pelo Congresso Nacional. Essa nova lei. Ceder os interesses diferentes muitas vezes escusos significa colocar em risco grande parte do potencial do desenvolvimento do nosso País com recursos próprios. Enfim, os minoritários devem ser respeitados no caso do BAMERINDUS, porque a democracia só é plena num país a partir do momento em que as minorias sejam respeitadas. Isso já se fazia 321 anos antes de Cristo. Quando o Banco Central e o Governo brasileiro decidiram que era do interesse do Governo instalar o Banco HSBC da Inglaterra aqui, e transferir para o BAMERINDUS, transferir o Banco BAMERINDUS para os mesmos, não se sabe, até hoje, de quem foi a idéia e a estratégia arrasadora da doação da parte boa do banco para os banqueiros ingleses. Só se sabe que se doou um patrimônio brasileiro, passando por cima de mais de 53 mil famílias. Pela maneira como foi feita a transferência prevista no contrato que só fala sobre a proteção dos investidores estrangeiros, não garantindo nada para os brasileiros. Isso só veio a público quando da conclusão da CPI do Senado. Já se nota a que veio o argumento, quais os interesses levados em conta. Até hoje não foram apresentados os documentos que o próprio Poder Judiciário vem ordenando que se mostrem. Todos perderam com essa misteriosa transação: o País, porque perdeu um banco brasileiro pertencente a brasileiros; também perderam os acionistas minoritários, porque sequer tomaram parte da administração, sendo que a partir de agora deverão ser emitidos os lucros gerados no Brasil para os acionistas ingleses em moeda forte, em dólar, em vez de se investir no Brasil. Perdeu também o povo brasileiro que não tem RG, pois o dinheiro que disseram os



ingleses terem trazido, 1 bilhão de reais, para capitalizar, foi-lhes suprido quase que de imediato por recursos fornecidos pelo Banco Central em nome do BAMERINDUS. Sabidamente foi depositado em nome do HSBC, a título de caução, por 381 milhões do ágio. Ainda assim, os ingleses receberam mais uma ajuda de 431 milhões, a título de provisão de acordo com a Cláusula V do contrato. Ou seja, para eles melhorarem o banco foram-lhes dados 431 milhões. É sabido, mas, pelo que ele disse agora, estão gastando, desde o começo, estão gastando até agora. É sabido que foi dada provisão a título de ajuda ao grupo — o maior banco do mundo — porém não se explica a que título se justifica essa ajuda em detrimento de legítimos interesses nacionais. Dando a noção de precisar de ajuda para se tocar o negócio, no primeiro ano de funcionamento, 500 milhões provenientes do redirecionamento da Caderneta de Poupança que obrigatoriamente deveriam ser aplicados na construção de habitações, atividade de baixa lucratividade, mas geradores de empregos que foram desviados para atividades populativas de alta rentabilidade no mercado financeiro. Na CPI do Senado, declarou o Sr. Michael Geoghegan que somente utilizou dessa provisão 60 milhões para confecção do novo Centro de Processamento de Dados. O contrato não tem um único item de proteção aos brasileiros, seja com ou sem RG. Outro ponto é digno de nota. O HSBC sabidamente colocou como prejuízo do balanço de 30/1/96 as ações que possuía através do Midland (6%) no Banco BAMERINDUS. Então, a atitude demonstra claramente que o HSBC considerou que as ações tinham valor zero. Porém, naquela época, elas ainda tinham um valor razoável, ainda havendo comercialização. Deve-se ressaltar também que o Banco BAMERINDUS seria obrigado, por contrato, a pagar o valor original da compra. Quem deu o tiro na nuca do BAMERINDUS foi o HSBC. Agora não é difícil saber o porquê. Foi declarado o prejuízo: saía mais barato dizer que teve prejuízo do que comprar pelo que valia o BAMERINDUS. A partir desse ato dolosamente praticado pelo HSBC, as ações despencaram, viraram pó, pois um grande acionista considerou oficialmente que seu valor era zero três meses antes da intervenção. A existência da Operação **Symphony** realizada simultaneamente, tendo por sede o endereço do Banco Midland, na Avenida Brigadeiro Faria Lima e por local de trabalho o L'Hotel, revela a verdade em relação a tomada do Ministro pelo HSBC. Já está o HSBC, treinando pessoal para a tomada do banco alvo, em novembro de 96



com representantes agindo no Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, o que prova que houve reuniões prévias e troca de informações privilegiadas. Ninguém fica pronto para um negócio sem saber quando ele vai acontecer. Ainda que se negue que houve qualquer entendimento prévio entre os praticantes do ruinoso negócio, o fato de estar o banco inglês agindo antes que o mundo soubesse da intervenção, não deixa dúvida. Apesar de todos esses fatos, o Sr. Michael Geoghegan declarou na CPI dos Bancos (perante os representantes do povo brasileiro) que a compra só foi acertada em 4/3//97. Ou seja, vinte dias antes da intervenção, o que com certeza não pode ser, não pode ser condizente. Realmente, da maneira como foi feita a transferência, e principalmente quando o BACEN passou a executar a liquidação extrajudicial, ou uma liquidação na acepção total da palavra, liquidação. O BACEN, através de um contrato começou por nomear o Midland Bank, para compartilhar da liquidação quando declarou o Sr. Gilberto Loschila . Com isso, também ficou também o HSBC co-responsável por todos os erros cometidos, especialmente os de má gestão, assim como pela irregularidade da avaliação de 1.703 imóveis pelo Brasil afora. A má gestão está provada em relatório elaborado pelo Departamento de Fiscalização do Banco Central, onde ficam provadas várias irregularidades que tiraram ainda mais dinheiro dos minoritários. Contratadas pelo HSBC, as avaliações são todas viciadas e foram anuladas pelo CREA, ficando inclusive a empresa Bolsa de Imóveis de São Paulo, que foi o agente avaliador, sujeita a penalidades relativas ao exercício ilegal da profissão. Os custos havidos para a liquidação cobriam também uma quantidade enorme de advogados e outros figurantes que manobravam para não se realizar a avaliação necessária. Em muitas vendas, tais como fazenda, equipamento, gado, aviões, cuja relação estava sendo pedida pela Justiça Federal, a fim de ser questionada a venda, verificam-se absurdas irregularidades que são prejuízos a minoritários e ofensa à confiança que deve haver no mercado, pois não havia nenhuma avaliação nesses casos. Devido à administração deficiente para lidar com a massa do BAMERINDUS, por falta de preparo ou controle, muitos desmandos houve na liquidação do banco, desde o início até o Dr. Sérgio Prates tomar posse, Dr. Sérgio Prates, exclusive. (Está excluído aqui o Dr. Sérgio Prates.) Esses desmandos degeneraram, atingindo um grau de corrupção já admitido corajosamente pelo Dr. Carlos Eduardo de Freitas, o



que o torna totalmente confiável. Também consta que já foi apurado pela CPI do PROER ter havido irregularidades na gestão do banco antes da intervenção, cometidas por diretores da instituição financeira, sem que o BACEN investigasse. Em ambos os casos, deve a CPI proceder investigações com o máximo rigor, em ambos os casos. Quer seja antes, ou seja depois. Com o máximo rigor, bem como devem ser apurados os indícios veementes de que houve conhecimento privilegiado na negociação com o HSBC, tentando recuperar os valores usurpados, por não poder permitir que a corrupção se instale com um braço ativo em nosso País, como vem dando o exemplo de repúdio (e este Congresso vem repudiando amplamente a corrupção e demonstrando claramente, cortando sua própria carne) o Congresso Nacional. Isso é motivo de orgulho para nós, brasileiros, que o próprio Congresso Nacional tome medidas nesse sentido, contra a si próprio. A corrupção não lubrifica nada, mas corrói a vida governamental e também os valores éticos, morais e as aspirações de nosso povo, ocasionando a destruição da fé nas instituições políticas e legais, tornando os cidadãos cínicos e rebeldes. Tendo em vista que, por ocasião da conclusão da CPI do Senado, houve por parte dos seus membros uma boa vontade no sentido de resolver o problema dos acionistas minoritários, houve algumas reuniões na sede do HSBC nesse sentido, comandadas pelo Dr. Hélio Duarte. Entretanto, após alguns encontros foram suspensas as negociações, tendo o Dr. Hélio alegado que estaria prejudicando o Banco Central. Em que pese o respeito que temos por esse senhor, procuramos o Banco Central na pessoa do Presidente, Dr. Armínio Fraga, e do Diretor Dr. Luiz Carlos Alvarez, e sempre com a presença do Sr. Luiz do Couto Neto, e todos negaram essa afirmação, tendo ainda o Dr. Alvarez em depoimento nessa Casa declarado que seria um acordo perfeitamente legal. Ele, depois aqui, declarou isso, (*ininteligível*), declarou Dr. Luiz Carlos Alvarez. Da mesma forma, estamos também dispostos a levar em frente a idéia proposta pelo atual liquidante, Dr. Sérgio Prates, que foi bem recebida pelo Banco Central, tendo o Sr. Carlos Eduardo de Freitas, em seu depoimento na CPI, admitido que a proposta estava parada devido a um acerto de juro, mas que iria continuar a concretizar a idéia junto ao Fundo Garantidor de Crédito, contando com a nossa participação. Estejam todos cientes que tudo faremos, o que depender do nosso esforço, da nossa boa vontade, tudo faremos para que em qualquer dos



casos, desses dois casos a que nós nos referimos, criemos uma solução boa para o País, boa para os ingleses, desde que venham para ajudar o povo brasileiro a construir o nosso futuro e a minimizar as dificuldades que os minoritários tiveram que suportar com a perda do seu patrimônio. Para isso, também solicitamos a cooperação da Comissão Parlamentar de Inquérito; solicitamos a colaboração dessa Comissão, da CPI, a fim de que, se houver entendimentos, designe um membro dessa Comissão para nos acompanhar nos entendimentos que se fizerem necessários. Alguém da confiança da Comissão, alguém, da confiança do Governo, alguém da confiança do banco, alguém que inspire uma confiança, que nos ajude, que seja um mediador, que venha-nos ajudar a conduzir as coisas de uma maneira que também seja bom para o Governo, seja bom para os ingleses que vêm aqui e seja bom para os minoritários. Acreditamos que o diálogo nos trará a construção de um caminho para um entendimento definitivo sobre o assunto. Entretanto, se isso não for possível, estamos unidos pela injustiça de que fomos vítimas, impulsionados pela necessidade de entendermos nessa batalha o compromisso firme de conseguir uma solução dentro do Poder Judiciário, pois, para nós, que já prestamos muitos e relevantes serviços à Nação brasileira, significa o resgate de nossa dignidade, cidadania e orgulho como cidadão de bem que somos. A transferência do Banco BAMERINDUS para o HSBC não foi leal, mas, antes de mais nada, foi desumana para os cidadãos brasileiros e os minoritários. Estou à disposição para qualquer coisa que desejem mais saber sobre o assunto e sobre... Também o que acabei de falar, e o que vocês me deram, me concederam de falar antes com... mas eu queria falar diante desta Comissão, diante dos senhores que a nossa boa vontade de encontrar um caminho é total, a tal ponto que, se houver um sinal positivo, nós estamos com muitas ações, e algumas dessas ações, uma dessas ações, na última agora, determinou, há coisa de quinze dias, uma multa para o HSBC, a Justiça, de 100 mil por dia. Mas nós não queremos bater em ninguém, nós queremos é acordar, nós queremos alguém que seja um dialogador, que nos ajude, que nos conduza a uma solução boa, a uma solução boa para todos nós, para o Governo, para o País, para os ingleses. O Deputado Haully conhece os ingleses, que tiveram no Paraná um desempenho espetacular. Os ingleses lá chamaram uma cidade — hoje a maior cidade do Paraná — de Londrina. Por quê? Porque foram os ingleses que fizeram



aquilo. Os ingleses se incorporaram, os ingleses entraram por dentro daquele nosso norte paranaense, fizeram parte ativa, ajudaram a construir o norte. O Deputado Haully sabe melhor do que eu isso, porque ele é de Londrina. Mas eu conheci Mr. Thomson que foi um inglês, uma pessoa espetacular. Os ingleses lá fizeram o que é o norte do Paraná hoje. Nós devemos a eles. Mas entraram junto com o povo, fizeram parte do povo. Não eram estranhos no ninho. Eram do ninho. Eram paranaenses. Mais do que ingleses eram paranaenses. Muito obrigado. Desculpem a emoção, porque sou um pouco emotivo. Queria dar a minha contribuição para todos os senhores e agradecer a boa vontade que vejo que todos os senhores têm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) - Obrigado, Coronel, pela sua intervenção. Antes de conceder a palavra ao Relator, quero fazer um esclarecimento, estamos premidos com relação à questão do tempo, porque a nossa última audiência era na quinta-feira pela manhã e a agenda já está toda programada. Só que agora também está em processo de votação nominal no plenário. Então, nós não podemos mais deliberar. Então, estou solicitando aos Srs. Parlamentares que façamos um rodízio para a votação em plenário e até para sua compreensão. Não se trata de descortesia ao depoente e aos presentes, mas é a maneira de conciliarmos o trabalho. Então, concedo a palavra, enquanto fazemos o rodízio, inicialmente, ao Relator, Deputado Alberto Goldman, a quem também peço para também assumir, provisoriamente, a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Euclides, acho que todos nós sentimos o problema dessas mais de 50 mil famílias que nesse momento V.Sa. representa. É evidente, o regime que nós vivemos chama-se regime capitalista, e no regime capitalista a compra de ações, a propriedade de ações, são sempre, em tese, investimentos de risco. Evidentemente, por isso, existe esse problema. V.Sas. não são credores. Nem primeiro, nem segundo, nem terceiro, nem últimos credores. Não são credores. Os proprietários majoritários das ações, os controladores, não só não são credores como eles são devedores, até pela lei seus bens ficam disponíveis para cobertura de eventuais credores que tenham ficado. Não é o caso dos minoritários, apenas dos controladores. Vou submeter alguns elementos rapidamente a V.Sas, é o seguinte: as ações que os senhores estão movendo, talvez eu tenha perdido alguma parte do



que votar. Então, talvez tenha perdido alguma parte de suas perguntas. Tive que ir votar, fomos ao plenário, talvez esteja falando sobre alguma coisa a que V.Sa. já se tenha referido. Mas eu gostaria de saber o seguinte: as ações que estão sendo feitas pelos minoritários são contra quem?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Contra o HSBC, o Banco Central e os interventores, Flávio e Loschila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) – Vou tentar na minha cabeça identificar um pouco mais o que eu acho onde existem responsabilidades. Eu acho que o HSBC em si não tem nenhuma responsabilidade, absolutamente nada. Ele veio aqui em função de um programa de reestruturação, ele assumiu ativos e passivos. Pode haver reclamações quanto aos valores desses ativos e passivos, compensação de contas, se ativos e passivos eram em valores iguais ou não. Evidentemente, há outras questões a serem verificadas. Se os ativos foram depreciados, houve prejuízo aos acionistas. Os senhores são acionistas hoje de um BAMERINDUS em liquidação. Nós já sabemos hoje que é provável que não chegue ao final com nenhum patrimônio real. Não haverá patrimônio. Provavelmente, irão existir credores que não vão receber, não só minoritários que irão ficar de fora, mas vão existir credores no final que não vão receber. Os recursos todos que vão ser apurados vão ser dentro daquela linha de prioridades de pagamentos. O que me chama a atenção é que a atividade bancária não é uma atividade comercial e industrial como qualquer uma. Ela não é uma atividade onde a empresa quebra, ela atua no mercado e não tem nenhum tipo de regulação. A atividade bancária é uma atividade regulada, regulamentada, é uma atividade fiscalizada por uma agência, que é o Banco Central. Os acionistas majoritários se baseiam, evidentemente, quando alguém adquire uma ação de um banco não é como adquire uma ação de uma empresa produtora de aço, que quebrou, quebrou. O acionista majoritário não tem com quem falar, porque não há nenhum tipo de regulação e nenhum tipo de controle, em qualquer tipo de atividade industrial. Nessa atividade bancária, não. Nessa atividade bancária, o Banco Central tem responsabilidade, tanto é que ele regulamenta, ele regula, ele supervisiona, ele fiscaliza e ele pode intervir. Ninguém, nenhum órgão governamental pode intervir numa empresa industrial qualquer. Não tem poder para isso. O Banco Central pode e deve, quando isso é necessário. Nós



já vimos que no momento da intervenção, parece-me absolutamente claro hoje, o patrimônio era negativo. Se o patrimônio era negativo, todos aqueles que tinham ações não tinham mais ações, as ações eram zero ou negativas. Isso é um fato concreto. Agora me parece que dizer: isso seria o final da história, se fosse uma atividade industrial qualquer. Sendo uma atividade bancária submetida a esse tipo de regulação e fiscalização, há, pelo menos para mim, indiscutivelmente, uma responsabilidade de um agente público, o órgão público. O Banco Central é o responsável por não ter acompanhado esse processo, devidamente, desde o começo, até porque o acionista minoritário lá não tem nenhum poder para fazer isso, não pode acompanhar, não tem como fazer isso. A obrigação legal é do Banco Central. Se não o fez, assumiu a responsabilidade o Governo, Estado, não é Governo, o Estado brasileiro é responsável pelas perdas e pelos danos que tiveram os acionistas minoritários. Eu acho uma responsabilidade, não sei, a decisão judicial, parece que não há nenhuma adesão judicial a respeito disso ainda. A decisão judicial deveria responsabilizar, na minha opinião, não tenho nada contra o HSBC, nem com o interventor, a não ser que o interventor e o liquidante tenham, eventualmente, cometido alguma irregularidade. É outra história. Irregularidade. Mas a responsabilidade do Banco Central nisso parece-me indiscutível. O Banco Central como instituição do Estado brasileiro, não é uma pessoa aqui ou ali, ou uma direção aqui ou ali. O Banco Central, a responsabilidade que tinha de regulamentar e fiscalizar. Os senhores perderam as suas ações por causa da inépcia, da inatividade, da omissão ou do que quer que seja do Banco Central. O Banco Central tem essa responsabilidade. Portanto, nada mais lícito, nada mais lógico que se procure uma solução. E aí é uma solução de um acordo, que pode passar com a participação do HSBC, que na minha opinião não tem nenhuma responsabilidade sobre isso. Não há responsabilidade absolutamente nenhuma sobre isso. Mas que, em função de uma realidade que se criou, até em função, talvez interesse do próprio banco ou talvez interesse do banco demonstrar a sua forma de agir, o seu nome, essa coisa, enfim, seja por que for, por **marketing**. Mas acho que de fato o Banco Central tem a responsabilidade de buscar resolver essa questão. Minorar as perdas, porque ele é na minha opinião o responsável por esse prejuízo. Repito, é uma ação, é uma atividade de risco, mas não é a mesma atividade de risco de qualquer outra



empresa industrial. Ela é regulada e fiscalizada. Eu, quando compro uma ação de um banco, estou imaginando que eu tenho um órgão do Estado brasileiro que está fazendo nossa fiscalização, que não permite que chegasse a esse ponto que chegou. Há, sim, responsabilidade do Estado brasileiro, do Banco Central, nesse caso.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Muito bem, concordo plenamente com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) – Acho que, se nós pudermos atuar, e aqui nós temos três Deputados do Paraná nessa Comissão, certamente não é por coincidência, é porque estava envolvido o BAMERINDUS nesse PROER. Temos aqui alguns Deputados do Paraná. Esses Deputados poderiam com todo o apoio que puderem dar a eles, para que pudessem tentar obter, o senhor falou em algumas posições, algumas possibilidades, tentar levar isso a essa intermediação que o senhor propõe, para ver se se consegue chegar a um resultado. Acho que o caminho é com o Banco Central, para o Banco Central coordenar. É difícil a gente dizer: o Banco Central tem que desembolsar algum dinheiro e botar. É difícil, até porque o Banco Central só poderia fazer isso, se ele fosse condenado. Nenhum órgão público pode pagar nada, se ele não for condenado. O Deputado Rubens Bueno foi Prefeito e sabe que ele não pode fazer nenhum tipo de acordo, a não ser que tenha sido acordo judicial ou ter sido condenado a ...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Ele tem o liquidante, não é? O liquidante, ele que designa o liquidante da parte ruim do banco que está sob a administração do Banco Central. Acho que é por aí e um pouco na tua linha de raciocínio que é correta, com o próprio HSBC fazer um **mix**. Se eles pagaram 2 bilhões de impostos já nesse período, é perfeitamente possível fazer o entendimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É, o HSBC pode entrar com boa vontade nisso. Já é diferente. Acho que ele não tem obrigação legal a respeito disso. Ele pode entrar com boa vontade nisso.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Ele demonstrou a boa vontade hoje.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Boa vontade. Agora, nós não podemos pedir ao HSBC mais do que boa vontade. Agora, o Banco Central, sim, é responsável. Claro, pode chegar no fim do processo, o Banco Central ser responsabilizado, sei lá quando isso vai ocorrer. Se nós pudermos encontrar uma solução agora, que na minha opinião parece que, de fato, o Estado brasileiro foi omissos. E, como em qualquer indenização, que às vezes o Estado brasileiro é uma Prefeitura, e o Estado tem que pagar, a União tem que pagar uma indenização. Há uma indenização a ser paga, sim, aos minoritários do BAMERINDUS. Essa é a minha opinião. Só queria transmiti-la. Não teria mais para lhe dizer.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Muito obrigado, Deputado Goldman. Essas suas palavras nos animam muito. Nós agradecemos de coração o seu parecer, pela sua posição (*inaudível*) que compõe a Mesa (*inaudível*) isso nos dá um conforto muito grande. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Deixo claro que eu não estou de acordo com o seu documento, nas várias expressões, porque acha que pode intervir, não pode intervir, podia, não podia, devia, não devia, isso é outra história. É outro caminho. Eu acho que não. Acho que não é por aí. Tudo isso daqui, eu acho que o Banco Central, na minha opinião, podia fazer, tinha que fazer. Talvez até devesse ter feito muito tempo antes. Se tivesse fiscalizado, como devia fiscalizar, não chegaria a 4, 5, 6, 7 bilhões de passivo a descoberto, de patrimônio negativo. Poderia ter acontecido com valores muito menores, muito mais fácil, quem sabe, de resolver o problema. Mas, de qualquer forma, acho que a responsabilidade, em relação aos minoritários, neste caso, não defendo o capitalismo, quando ganha está ótimo, não é? Quando ganha, o ganho é individualizado; e, quando perde, a perda é socializada. Esse tipo de socialismo não é comigo. Mas acho, sim, que nesse caso é uma atividade regulamentada, fiscalizada, com o poder todo que o Banco Central tem, a responsabilidade do Estado e, portanto, de toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu vou passar a palavra ao Deputado Rubens Bueno, só com uma observação. Na verdade, é possível um acordo, independente de decisão judicial na administração pública, em nível discricionário. Mas ao contrário da relação entre particulares, na administração pública só pode ser feito, desde que haja o permissivo legal. Ao contrário dos



particulares que tudo é possível, desde que não haja nenhum impedimento de ordem legal. Eu não estou entrando evidentemente no caso específico, mas as suas ponderações são...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu agradeço essa aula agora de Direito. Eu só um engenheiro que cada vez aprende mais Direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Mas eu como estudante...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Cada vez desaprendo mais de Engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – E eu cada vez mais aprendo Direito desta Casa. Tenho que saber alguma coisa.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, primeiramente, eu quero, antes de passar aqui a perguntar ao coronel Ribas, parabenizar a exposição do Relator Deputado Alberto Goldman. Acho que isso aqui é uma linha interessante do ponto de vista que ele coloca e que nós comungamos dela. Há responsáveis por isso. Responsável é aquele que efetivamente não fiscalizou, não deu conta em tempo de sobrar tamanho prejuízo, não para o País, mas em especial, para o País também, claro, mas em especial ao pequenos acionistas minoritários do...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Apenas, Deputado Rubens, fazer uma comparação que evidentemente, se eu estou andando pela rua, e eu tropeçar num buraco e quebrar uma perna, eu posso processar a Prefeitura.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E a Prefeitura vai me indenizar, no determinado momento vai ter que ser obrigada, porque aquela função que a Prefeitura tinha que ter exercido ela não exerceu. Evidentemente, eu sou um particular, e a Prefeitura é que vai pagar é a sociedade toda. É mais ou menos...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Um buraco na rua é falta de sinalização, etc.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Isso, isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Que a Prefeitura deixa de fazer. Aqui no caso...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Omissão.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Perfeito. Mas, Sr. Presidente, em depoimento proferido nessa CPI, no último dia 6, o Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, falando do cenário econômico pré e pós-Real, disse ter ciência “ter ciência de que a derrota da inflação traria sérios obstáculos à estabilidade dos vários segmentos bancários do País”. A propósito, o Banco BAMERINDUS, apresentou os primeiros sinais dos problemas que iria enfrentar já no ano de 1995. Seu controlador à época, o ex-Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, citou em discurso feito a esta Comissão, em 24 de outubro, que, embora os problemas econômicos conjunturais, — como a inadimplência que cresceu quase 100%, aumento vertiginoso de cheques sem fundo e aumento dos protestos com crescimento de até 97%, tenham atingido a lucratividade do banco — tais problemas não foram determinantes para a situação difícil que a Instituição passaria a sofrer. Contudo, vieram as questões de falta de liquidez. Os boatos entre outras, que culminaram num complicado e pouco transparente processo de intervenção e venda do BAMERINDUS. Perguntas, coronel Ribas: 1) Quando e de que forma exatamente os investidores minoritários tomaram conhecimento da crise do BAMERINDUS?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Nós tomamos, Deputado, conhecimento de que havia problemas somente no início de janeiro. Porque em dezembro...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Janeiro de?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – De 97. Porque até em dezembro o nível de venda das ações, eu tenho aqui, posso-lhe mostrar, se os senhores quiserem que eu deixe, posso deixar aqui também. O nível de venda de valores, no ano de 96, praticamente é quase todo o mesmo. Eu posso até lhe dar um exemplo assim. Eu devo ter aqui. O que que era? O nível de vendas variava entre ...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Venda das ações?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Venda das ações. Vinte e um reais e dezoito reais. O ano de 96 inteirinho. Atingiu, em dezembro de 96...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – E quando o senhor tomou conhecimento, em janeiro de 97, o senhor já começava...

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Sim. Falamos com um dos diretores e me disseram que não havia problemas, que estava sendo tratado um



acerto, que estava demorando, um acerto para que as ações fossem, para que fosse resolvida a situação do banco. Em janeiro de 97.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Não procurou outro tipo de ação para salvaguardar os interesses. Os minoritários do banco.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Não, porque não tivemos notícias de que haveria. Ninguém nos deu essa notícia de que o banco iria ruir, ia desmoronar.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mesmo sabendo que não tinha presença no Conselho da Administração, qual a ação efetiva que o senhor, ou outro, em nome dos 53 mil acionistas minoritários, procuraram tomar no dia-a-dia, procurando salvaguardar os seus interesses?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Naquela época não havia , digo congregação nenhuma. Havia os que iam lá, tinham mais conhecimento, iam até a direção do banco saber com o Dr. Salvaro, que era o diretor responsável por isso, como ser (*ininteligível*). Então, ele nos informava, o Sr. Salvaro, de que estava tudo normal e que era uma questão de tempo, ia ser resolvido o problema, e que a situação do banco, o banco estava funcionando normalmente, não havia interferência do Banco Central, não havia nada. Nós tivemos a notícia mesmo foi no dia da intervenção, quando eu liguei a televisão lá em casa, e que o diretor do Banco Central da época, Dr. Gustavo Loyola, comunicou ao povo brasileiro que ia acontecer.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Coronel Ribas, qual a reação das pessoas, desses acionistas minoritários, na medida em que o BAMERINDUS tem uma história, uma bela história, presente no Paraná, de solidez.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - De maior tristeza possível, porque, veja bem. Nós tínhamos esse investimento tão maciço no BAMERINDUS , porque um investimento dessa ordem do BNDES de 26% é um investimento maciço. O número de pessoas e a quantidade de dinheiro que estava sendo aplicada.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Em média, o senhor tem números desses pequenos investidores? Em média, eles aplicam...

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Em média são 2 mil reais por pessoa.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Só para entender um pouco. Existe alguma concentração com alguns?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Tem talvez uns dois ou três que têm concentração, dois ou três que são minoritários, ou são majoritários os dirigentes do banco. Controlador é o José Eduardo de Andrade Vieira, e o restante... no nosso grupo não existe nenhum.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Fora dois, três, a média é de 2 mil reais.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Senhor?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Fora esses dois, três, que o senhor respondeu?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Dois mil reais.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Dois mil reais a média.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Esses dois 2 mil reais é baseado em que valor da ação?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Não, no número de ações.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - No número de ações.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Não, desculpe.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Não, 2 mil reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - O senhor calcula em quantos milhões para liquidar todos os minoritários?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Cem milhões, no máximo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Cem milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mas deixa eu entender, um instante só, permita-me Deputado Rubens Bueno. Esses 2 mil são baseados em que valor da ação?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Na época era 18, 19 reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Dezoito, 19 reais, tá bom.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Que é a época que ele exatamente comentou, que é a mesma época que o HSBC contabilizou como prejuízo.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Deputado Alberto Goldman, ontem eu ouvi os senhores falando, eu tenho aqui e posso-lhes mandar. Durante o ano



inteiro não houve... Quando houve o decreto, quando houve a intervenção do HSBC, colocando em prejuízo o balanço de 31 de dezembro, as ações não eram pó, não, tinham valor e muito bom. Era 18 e praticamente...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Eu queria que o senhor repetisse. O balanço de dezembro de 96 dava quanto?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Dava 18 reais.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - E ele ainda era positivo, o balanço?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Positivo.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – A cada lote de mil ações?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Não, uma ação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Uma ação, 18 reais.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Aí, já mil ações antigas tinham virado uma ação nova.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - São ações ordinárias, todas?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Ações ordinárias e preferenciais. Depende, não havia, digamos, o banco não separava, vendia tanto uma quanto outra. No fim do mês, Deputado Goldman, a gente ia no balcão do banco... Eu não sei onde é a Bolsa em Curitiba, por incrível que pareça, eu não sei onde é a Bolsa em Curitiba. Eu tenho um...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Coronel Ribas, eu acho que isso aí não é relevante. Eu gostaria... O senhor tem como dizer em números quanto tinha em ações o controlador, Dr. José Eduardo, e os outros dois sócios, que teriam um número maior. Tem como mostrar esse número? A composição.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Desculpe, eu não entendi. O José Eduardo tinha 6,5% do banco.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - A família?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - A família toda dele deve ter mais, deve ter de 10 a 12%, ele, as irmãs, os sobrinhos...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - (*Inaudível*). O percentual antigo.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - O percentual, Deputado,...



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - V.Sa. disse que tinha 27% os minoritários. O restante pertencia a quem?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Pertencia a uma fundação. Tinha uma fundação, que era a dona real do banco, era uma fundação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E de quem era a fundação?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Não era de ninguém, a fundação. É uma fundação, quem mandava na fundação e quem manda até hoje é o José Eduardo, que é o Presidente dessa Fundação, por isso é que ele era o majoritário.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Aí ficou bem claro. Desses 27% tem participação dos minoritários mesmo, que V.Sa. está defendendo aqui.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Exatamente. Não temos nada a ver com a fundação. A fundação é uma associação que ele... foi criada pelo Sr. Avelino e que ele era o presidente da fundação. Sendo presidente, ele detinha as ações da fundação. Agora, ele, pessoalmente, ele administrava a fundação e conseqüentemente o banco como controlador. Ele era o controlador. Agora, os majoritários que foram administradores, que estão com os bens indisponíveis e seja lá o que for, nenhum faz parte da nossa sociedade. Absolutamente zero. Nenhum, nenhum.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Coronel Ribas, que ações objetivamente foram adotadas até o momento para reaver os valores poupados pelos pequenos acionistas?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Bom, as ações, nós estamos entrando na Justiça de São Paulo, na Justiça Federal, todos os processos estão correndo em São Paulo. Está aí nas mãos do Deputado Fruet inclusive a última dessas ações com o despacho do juiz. Nós estamos pedindo pelo seguinte... Tem muitos documentos falhos. Nós queremos saber o documento real. A juíza, para dar o despacho final, já deu vários despachos, agora o despacho final em toda a ação, ela depende de alguns documentos que estão no banco. O banco não quer fornecer os documentos. Então, houve uma briga judicial muito grande, foi até o Superior Tribunal, foi para lá, foi para cá, e nós ganhamos a ação inclusive no STJ, determinando que as ações, determinando que a documentação tem que ser mostrada para nós. Agora, tinha uma alegação de que não podia, porque não tinha



onde mostrar, não tinha isso, não tinha aquilo, e agora a juíza deu um despacho final que os documentos vão ser mostrados para nós a partir de hoje, a partir de ontem cinco dias. Se nesses cinco dias não forem mostradas as documentações que nós queremos, evidentemente, e desejamos que estão em notícias de jornal... Esses documentos...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A Justiça lhe garantiu acesso a esses documentos.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Exatamente. Se não tiver, se não derem até segunda-feira da semana que vem, eles vão ser multados em 100 mil reais por dia.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Esses documentos são do BAMERINDUS sob intervenção, em liquidação?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Mas os documentos estão no HSBC.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sim, porque eles são administradores lá.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Então, quem tem que mostrar é o HSBC. Agora, eles estão, pode ver aí, não querem mostrar. A decisão final da Justiça faz um ano já. Desde um ano para hoje, agora a justiça deu o despacho final, o STJ deu o despacho final. Qual é o despacho final? Mostra em cinco dias. Se não mostrar, vai dá 100 mil reais por dia.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Como é que o senhor classifica as inúmeras denúncias de irregularidades com relação aos interventores do Banco Central?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Eu classifico que nasceu de uma má gestão. Esse problema de ter gestão pelo liquidante que estava encarregado de fazer a liquidação e o HSBC fazia a liquidação, isso gerou muito problema. Era de um... Não, mas isso aqui é o Banco Central que faz, é o HSBC, é o Banco Central. Então, ficou sem dono. A firma não tinha dono. O liquidante sumia, desaparecia, ficava 15 dias fora e quem fazia tudo era o HSBC. Evidentemente, mandava para avaliar porque ele queria que avaliasse, mandava fazer isso porque ele queria. Então, tudo ficou sob o controle dele.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Aliás, o interventor na época, o Loschila, ele diz isso numa entrevista à revista **ISTOÉ**.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Disse. Está aqui.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Na revista **ISTOÉ** ele diz exatamente isso. Ele responde com palavras dele de que os negócios eram geridos pelo HSBC.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Senhor?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Os negócios com relação ao BAMERINDUS eram geridos, administrados...

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Eram geridos pelo HSBC.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso é por conta, Deputado Rubens Bueno, do contrato que foi feito de prestação de serviço. Mas o que a gente percebe é que nem o liquidante tem competência, de fato, para liquidar, para ter capacidade de fazer esse tipo de liquidação, nem o contratado que é o HSBC, tem características para fazer isso. Na realidade, fica ao léu mesmo.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Exato, e foi o que aconteceu, e gerou, com isso, Deputado Goldman, essa desadministração, desculpe o termo, gerou corrupção. A desadministração gerou corrupção, porque não tinha dono, não tinha chefe...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Bens imóveis, créditos.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Bens imóveis, ia lá, fazia isso, fazia com o segundo, o terceiro, o terceiro não estava lá, ia para o quarto, o quarto assinava, tinha pacote dessa altura de pagamento dos advogados, ninguém nem sabia quem era.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS - Uma hora, um assinava; outro assinava. Não tinha quem. Então, virou uma casa sem dono. Ou tem dois donos, ou não tem nenhum. Tinha que ter um chefe. O próprio Loschila tirou o dele, dizendo: não, o (*ininteligível*) quem fazia era o BAMERINDUS, não fui eu que fiz. Se amanhã ou depois a Justiça se voltar contra ele, ele vai alegar isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sobre isso aí, coronel Ribas, sobre isso que o senhor está falando, vou fundir numa pergunta só, essas benesses concedidas ao comprador. No caso, o contrato estipula, — imagino — porque não vi o contrato, mas se imagina que o contrato estipula isso, essa escolha exclusiva do



HSBC, dos ativos, no prazo de 180 dias, definindo a parte boa e ainda a aquisição de móveis e imóveis pelo valor no papel, sem qualquer avaliação real.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Não houve avaliação, para eles não houve. Eu mostrei o exemplo aqui, dei para alguém aí um exemplo que um imóvel... o Deputado conhece esse imóvel da agência que era do BAMERINDUS, hoje é do HSBC, **vis-à-vis** a Prefeitura.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Da casa de 2 bilhões e 100 por 940 mil?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Novecentos mil, 940 mil.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Uma coisa assim.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Agora está vendendo por 2 milhões e tanto para fazer um fundo. Estão vendendo todo o resto dos imóveis, está sendo vendido e quem está organizando isso é o ex-Diretor do Banco Central, o inicial, que tudo fazia no escurinho. Esse tema não é meu. Esse tema — está aqui — é de um diretor do próprio banco, o próprio diretor do banco atual disse que ele fazia tudo no escurinho. É o sistema de ele fazer e ...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Tem coisas melhores para fazer no escurinho, não é?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – É.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas, coronel Ribas, a conclusão do relatório da CPI do Senado parece ter trazido novas esperanças para solucionar essa difícil situação dos investidores minoritários.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Trouxe.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Tendo, inclusive, sido realizadas algumas reuniões com sede no HSBC nesse sentido.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Foi.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – O senhor poderia nos dizer até que ponto evoluíram essas negociações?

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Os Senadores, como os senhores fizeram agora, deram uma eloqüente demonstração de seriedade e bondade da parte de vocês, porque nenhum dos senhores aqui se interessa por isso. O próprio Deputado Alberto Goldman está dizendo que deve ter uma pessoa aqui que nos



acompanhe, etc. e tal, e que seja um mediador. O senhor mesmo concordou com essa idéia. Também lá no Senado os Senadores foram... Terminou o depoimento do Geoghegan, cercaram ele e disseram: "Vamos resolver isso agora, vamos resolver já esse negócio." Ele disse: "Então vamos." Amanhã já vai ter a reunião lá no banco e vamos começar. E começou a haver reuniões com o Dr. Hélio junto, etc. e tal, examinamos, conversamos, vimos, etc. e tal, as possibilidades, etc., mas lá pelas tantas ele disse: "Olha, o Banco Central me disse que você fazer isso vai prejudicar o Banco Central." Eu disse: "Mas espera aí, caiu a casa em cima de mim." Aí nós fomos falar com o Dr. Armínio Fraga. O Dr. Armínio Fraga, na presença do Sr. (*ininteligível*), disse: "Não, negativo. Pode fazer. Vai lá, leva esse pessoal aqui para o Dr. Luiz Carlos Alvarez e vê com ele." Foram lá, Dr. Luís Carlos: "Não, senhor. Pode fazer, etc. e tal." E o Dr. Luiz Carlos Alvarez falou aqui, quando depôs, ele falou aqui que tinha havido isso, que ele estava de acordo, achava até uma boa solução, uma solução perfeitamente legal. Mas daí em diante, não consegui mais falar com Mr. Geoghegan, não consegui falar com mais ninguém e não adiantou, não adiantou. Fecharam-se as portas, não sei onde nem por que, não estou interessado. Os senhores estão abrindo a porta para nós agora nesse instante, os senhores estão abrindo a porta ou me ajudando a abrir a porta e eu acho que... Não vamos brigar lá atrás, vamos construir para frente. Acho que devemos construir, devemos nos esforçar, para acharmos um caminho bom para todos nós, para o País, para os ingleses e para o Banco Central, que é respeitável e tudo. Acho que devíamos encontrar uma solução boa, Deputado Luiz Antonio Fleury. Peço encarecidamente em nome de 53 mil pessoas que os senhores me ajudem. Eu preciso dessa ajuda não para mim, mas para 53 mil paranaenses que precisam dessa ajuda.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito, agradecendo a oportunidade e ao Deputado Alberto Goldman também a gentileza, fazendo um apelo aqui ao Deputado Luiz Carlos Hauly e a todos nós aqui de contribuir no que for possível para que esta solução seja encontrada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, coronel Euclides Nascimento Ribas, que representa os minoritários do BAMERINDUS. Eu vejo que, se o balanço de 1996 é um balanço positivo, em apenas três meses, a situação acionária degingolou, decaiu, parece-me que aí há clara evidência de um crime contra a economia popular e contra a ordem econômica nacional. Evidências, parece-me. Não sou advogado, sou meramente economista e Parlamentar com alguns anos de vivência no Parlamento. A situação me parece que necessita e exige um entendimento, porque judicial V.Sas., os minoritários, já se encontram em juízo; administrativo foi tentado e não conseguiram até agora e há um momento novo, que é o da CPI do PROER, que exatamente tenta levantar as questões que envolveram o programa. Eu venho insistindo na importância fundamental do programa de recuperação do sistema financeiro bancário, é o PROER, que atendeu as necessidades do País, e algum detalhamento da aplicação do dinheiro, da boa aplicação do dinheiro, do dinheiro do PROER e também da liquidação dessas massas sobre a responsabilidade do Banco Central designa liquidantes, interventores, etc. Por sua vez, a parte que recepcionou o ativo e o positivo de alguma forma tem alguma caracterização de favorecimento, de crime, de dolo, alguma coisa. No que V.Sa. tem colocado me sensibilizou bastante. Conheço V.Sa. há pouco tempo, dois meses no máximo que eu vi...

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Mas eu já conheço seu nome já há bastante tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – É. Mas pessoalmente, V.Sa., eu... nós tivemos o contato agora, recente; eu não tenho nenhuma ação do BAMERINDUS; eu era acionista do BANESTADO, que lamentavelmente também... era acionista e, por força da época em que eu presidi o Banco do Estado, eu tinha que ter as ações, para poder presidir o banco do Estado do Paraná. Parece-me que, se houver boa vontade e discernimento de ambas as partes, V.Sa. que move ações contra o Banco Central, contra o liquidante, para compor com o Banco Central e o próprio HSBC. Os Parlamentares fizeram as suas inquirições ao Presidente do HSBC; ele disse que não poderia assumir compromisso, mas que abriria novamente conversações a respeito da matéria. Com o Banco Central também está aberto. O Banco Central abriu as portas novamente para poder discutir a matéria. No que me



cabe analisar, boa vontade nós temos, desejo de ajudar, de entendimento. A resolução de 53 mil acionistas é a resolução de um problema grave. O que leva a constituir um crime contra a ordem econômica ou contra a economia popular? Os monopólios, os cartéis, os trustes, **dumpings**, todas essas formas de manipulações da economia que impõem prejuízo à população. No caso dos minoritários, caracterizado com 27%, está bem claro que houve um prejuízo da economia popular, porque 53 mil acionistas realmente é um número extremamente representativo. Eu levanto essa questão exatamente para poder clarificar o interesse, quer dizer, 53 mil pessoas a dois mil reais dá em torno de 100 milhões, que é uma fração muito pequena dentro desse contexto. Se o HSBC, conforme o pronunciamento que o Presidente fez a esta Comissão agora há pouco, aqui, o Presidente do HSBC, que disse que já recolheu em tributos 2 bilhões de reais, já fez dividendos de mais de 300 milhões de reais, me parece, Deputado Alberto Goldman, que, na hora de confrontar ativo e passivo, poderá haver um equilíbrio entre o passivo que está sendo liquidado, de forma às vezes predatória, mesmo assim perante o ativo. Então, poderia haver até um equilíbrio ou talvez até um pequeno superávit. Mas, de qualquer maneira, havendo superávit ou um déficit no desenrolar da operação toda de liquidação do BAMERINDUS, do ponto de vista da intervenção e da transferência de responsabilidade para o HSBC, a solução para os minoritários, na linha que V.Exa., Deputado Alberto Goldman, nos coloca, me parece muito conveniente, para que essa questão não se arraste durante anos e venha lá na frente prejudicar mais ainda o Erário com indenizações. O entendimento agora, na linha que... pela transparência, pela seriedade que V.Sa., Sr. Euclides Ribas, tem demonstrado, me parece um bom e excelente caminho para a gestão pública do Banco Central. E o Banco Central tem-se desdobrado exatamente nesse sentido. Então, eu acho que poderíamos reiniciar as negociações, o entendimento. Eu creio que a própria CPI, o Relator, o Presidente da CPI, podem dar uma colaboração muito grande ao lado da minha contribuição, do Deputado Rubens Bueno, que acabou de falar, e de outros paranaenses também e Parlamentares que freqüentam e são ativos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu acho que ficou bem claro, está suficientemente esclarecida a necessidade de uma solução do problema dos acionistas minoritários, porque nós temos que defender a nossa



economia de mercado, temos que defender a nossa população. Para ter uma economia de mercado saudável é preciso ter acionistas de empresas ou de um fundo de pensão ou da economia das pessoas. Como V.Sa. colocou o seu salário como militar, aplicando a sua poupança, investindo num banco que V.Sa. acreditou que pudesse ser uma poupança tranqüila, viu desmoronar anos do seu suor na liquidação do banco. Então me sensibilizou bastante e creio que sensibilizou também a Comissão e nada mais tenho a acrescentar.

O SR. EUCLIDES NASCIMENTO RIBAS – Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly. Eu conhecia o senhor de nome como grande Parlamentar do Paraná, mas é mais do que isso, além de um grande Parlamentar o senhor é uma pessoa muito humana. Muito obrigado por ter me dado esse prazer de conhecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Obrigado, Coronel. Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu queria fazer um registro de que a CPI tem procurado analisar em várias frentes, são várias vertentes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Na próxima quinta-feira, nós estaremos completando três meses e nós vamos entregar a todos os Parlamentares o relatório de todas as atividades realizadas até o dia 13, uma relação de todos os requerimentos aprovados e uma relação de todos os documentos já encaminhados à CPI. A CPI encerra, na próxima quinta-feira, uma fase importante de audiências públicas e hoje, Coronel, esse registro que eu queria fazer a V.Sa. é de que também a CPI por entender e por estar sensibilizada com relação à reivindicação, respeitando evidentemente todos os procedimentos legais que já estão inclusive em tramitação, houve por bem aprovar e convidá-lo, para prestar esse depoimento no sentido, em especial com a colaboração do Deputado Luiz Carlos Hauly, que se manifestou, e do Deputado Rubens Bueno, de buscar uma alternativa junto com outros Parlamentares do Paraná que hoje se manifestaram também, Deputado Basílio Villani, não só em função do interesse regional, mas em buscar uma solução de algo que possa caracterizar uma questão de equilíbrio e de justiça de pessoas que efetivamente acreditaram na economia do País, na atividade do sistema bancário nacional. Também na próxima quinta-feira, daí a razão do convite e por entender que essa também é uma vertente da CPI, que se preocupa com questões doutrinárias efetivamente, mas se preocupa em melhorar a fiscalização e a credibilidade do



sistema. Igualmente, na próxima quinta-feira, nós estaremos entregando a relação de todos os procedimentos judiciais em tramitação com relação ao PROER. São dezoito ações criminais, são quatro ações por improbidade administrativa e uma ação popular. Nós estaremos entregando este relatório a todos os Parlamentares, para que depois, nos meses de janeiro e fevereiro, a CPI também possa-se ater mesmo no recesso do Congresso à análise de todos os documentos que chegaram à CPI, particularmente contando evidentemente com o trabalho do Relator, que já se dispõe nos meses de janeiro e fevereiro a coordenar o trabalho de análise dessa importante documentação que chegou à Comissão. Antes de encerrar a presente reunião, eu convoco reunião ordinária para amanhã, quarta-feira, dia 12, às 14h, no Plenário nº 5, para tomar depoimento do Srs. Pedro Moreira Salles, Presidente do Conselho de Administração do UNIBANCO e Ezequiel Nasser, ex-Diretor-Presidente do Banco Excel. Também já transferi para amanhã a pauta com os itens dos requerimentos que constavam para deliberação no dia de hoje, para deliberação na sessão de amanhã. Antes de encerrar a reunião, eu concedo a palavra ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Apenas para agradecer ao nosso Presidente por já me indicar o que eu devo provavelmente... como que serão as minhas férias. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, com essa observação, está encerrada a reunião.